

Escritoras do Brasil

A MULHER MODERNA

de
JOSEFINA ÁLVARES
DE AZEVEDO

SENADO FEDERAL



A coleção *Escritoras do Brasil* busca divulgar as escritoras de escassa ou nenhuma presença no cânone literário, valorizando, assim, as atividades, a produção e o pensamento da mulher na construção da história do Brasil. Visa preencher um vácuo na produção editorial no que se refere à publicação de autoras brasileiras, continuamente esquecidas pela divulgação e estudos literários.

As obras da coleção *Escritoras do Brasil* também estão disponíveis, para download gratuito, na Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) e na página da Livraria do Senado.



Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), professora, jornalista e escritora, foi uma incansável defensora dos direitos políticos femininos no Brasil, afirmando ser a educação da mulher essencial para a sua emancipação. Fundou em 1890 a revista *A Família*, importante divulgador das ideias feministas.



A Mulher Moderna, publicado originalmente em 1891, compõe-se de artigos publicados na Revista *A Família*, dedicado à defesa da emancipação feminina. Inclui a peça “O voto feminino”, escrito com o objetivo de fortalecer a luta das mulheres pelo direito de voto.

A MULHER MODERNA

Senado Federal
Mesa Diretora
Biênio 2019/2020

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
PRESIDENTE	Senador Marcos do Val (PPS-ES)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1º SUPLENTE
1º VICE-PRESIDENTE	Senador Weverton (PDT-MA)
Senador Lasier Martins (PODE-RS)	2º SUPLENTE
2º VICE-PRESIDENTE	Senador Jaques Wagner (PT-BA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3º SUPLENTE
1º SECRETÁRIO	Senadora Leila Barros (PSB-DF)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	4º SUPLENTE
2º SECRETÁRIO	Ilana Trombka
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)	DIRETORA-GERAL
3º SECRETÁRIO	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)	SECRETÁRIO-GERAL DA MESA
4ª SECRETÁRIO	

Coleção Escritoras do Brasil, volume I

JOSEFINA ÁLVARES DE AZEVEDO

A MULHER MODERNA

TRABALHOS DE PROPAGANDA

Apresentação, organização e notas

Maria Helena de Almeida Freitas

Mônica Almeida Rizzo Soares

Apresentação à Coleção

Ilana Trombka

Brasília

Senado Federal – Edições Técnicas

2018

COLEÇÃO ESCRITORAS DO BRASIL

Coordenação: Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho (Senado Federal)
Organização e seleção de Maria Helena de Almeida Freitas, Mônica de Almeida Rizzo Soares e Cleide de Oliveira Lemos
Revisão e atualização ortográfica: Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

- Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte
- Disponível também na Biblioteca Digital do Senado Federal
- Original gentilmente cedido pela Fundação Biblioteca Nacional

Projeto gráfico: Serviço de Formatação – SEGRAF

Capa: Rodrigo Corrêa Ribeiro

© Senado Federal, 2018

Praça dos Três Poderes s/nº CEP 70165-900 – DF

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-972-1

Azevedo, Josefina Álvares de, 1851-1913.

A mulher moderna : trabalhos de propaganda / Josefina Álvares de Azevedo ; apresentação, organização e notas Maria Helena de Almeida Freitas, Mônica Almeida Rizzo Soares ; apresentação à coleção Ilana Trombka. -- Brasília : Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, 2018.

133 p. -- (Coleção escritoras do Brasil ; v. 1)

1. Mulher, participação política, Brasil, séc. XIX. 2. Mulher, condições sociais, Brasil, séc. XIX. I. Freitas, Maria Helena de Almeida, org. II. Soares, Mônica Almeida Rizzo, org. III. Título. IV. Série.

CDD 323.34

Biblioteca

A. Silva

JOSEPHINA ALVARES DE AZEVEDO

A MULHER MODERNA

TRABALHOS DE PROPAGANDA



RIO DE JANEIRO
Typ. Montenegro, rua Nova do Ouvidor n. 14 e 16

1891

A'S EXMAS. SRAS.

VISCONDESSA DE LEOPOLDINA

E

D. Maria José Paranhos Mayrink

Em signal de admiração e respeito.

A AUTORA.

SUMÁRIO

Breve Introdução à Coleção Escritoras do Brasil	11
Josefina e o direito ao voto da mulher	13
Introdução	17
Primeira parte – O voto feminino.....	19
Segunda parte – Emancipação da mulher	79
Terceira parte – Assuntos diversos	101
Quarta parte – Respostas	119
Anexo – Fontes consultadas.....	133

BREVE INTRODUÇÃO À COLEÇÃO ESCRITORAS DO BRASIL

É com imenso orgulho e alegria que apresentamos o primeiro volume da “Coleção Escritoras do Brasil”, que divulga o trabalho intelectual de escritoras de pouca presença no cânone literário nacional. Procuramos com essa iniciativa promover o conhecimento e a leitura de esquecida parte de nossa elaboração cultural, resgatando elementos significativos de nossa tradição. Com efeito, a série que aqui se inaugura vem valorizar o pensamento e a produção da mulher brasileira na construção da história do país.

A coleção compreende obras selecionadas pela Biblioteca do Senado Federal, de gêneros variados, entre ensaios, crônicas, romances, contos e poesias, de autoras de todo o país, cujas obras já estejam em domínio público.

É evidente a escassez, nas estantes dedicadas a publicações nacionais, de trabalhos de lavra feminina. Nesse vazio residem mulheres intelectualmente ricas, produtivas, mas que se tornaram ilustres desconhecidas em razão do estreito espaço reservado a elas nas artes e na literatura. Lembremos que até as últimas décadas do século XIX, a mulher precisava do consentimento do pai ou do marido para praticamente tudo. No campo literário, para driblar preconceitos de editores e críticos, autoras se viam obrigadas a publicar anonimamente ou a adotar pseudônimos masculinos.

A edição de obras dessas filósofas, jornalistas, pensadoras permite levantar o véu que paira sobre parte da história brasileira, trazer à luz personagens que o tempo e as circunstâncias sociais encobriram, concorrendo de maneira concreta e valiosa para uma nova visão da História, poderosamente auxiliada pela Literatura.

Ilana Trombka

JOSEFINA E O DIREITO AO VOTO DA MULHER

Josefina Álvares de Azevedo, autora da obra que trazemos a público abrindo a Coleção Escritoras do Brasil, série dedicada a divulgar as escritoras brasileiras e suas produções, foi jornalista, professora, poetisa, dramaturga, editora e infatigável feminista-sufragista no século XIX, tendo em sua vida defendido ativamente e incansavelmente os direitos das mulheres no Brasil.

Nascida em Recife (PE) em 1851¹, mudou-se para São Paulo em 1878 e, já no ano seguinte, para o Rio de Janeiro. De sua vida pessoal quase nada se conhece. Por muito tempo não se soube nem o ano de seu falecimento, que só pudemos tomar conhecimento a partir de notas de falecimento e de convites à missa de sétimo dia de sua morte encontradas em jornais da época². Josefina faleceu no Rio de Janeiro aos 62 anos, em 1913, deixando dois filhos e uma irmã. Sua vida pessoal ficou fora dos documentos públicos e os documentos privados ainda não foram conhecidos. Talvez assim o quisesse nossa heroína³.

Em 1888, ainda em São Paulo, fundou o periódico *A Família*: jornal literário dedicado a educação da mãe e família, destinado à defesa da emancipação feminina, além de dirigi-lo e ser sua princi-

1 A própria Josefina assim o dizia, como afirmam Oliveira (2013) e Souto-Maior (2010). No entanto, Augusto Blake, em seu Dicionário bibliográfico brasileiro, informa que Josefina teria nascido em Itaboraí (RJ), e que seria irmã por parte de pai de Álvares de Azevedo, informação não corroborada pela própria jornalista.

2 As informações foram encontradas nos obituários dos seguintes jornais: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: edição de 3 out. 1913 (p. 14); *A Época*, Rio de Janeiro: edição de 9 set. 1913 (p. 6) e *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro: edições de 3 out. 1913 (p. 7) e 8 set. 1913 (p. 11).

3 As informações pessoais disponíveis são as indicadas pela própria autora: que nascera em Recife em 1851, que era professora e prima do poeta Álvares de Azevedo.

pal redatora. No ano seguinte a Revista passou a ser editada no Rio de Janeiro, para onde Josefina se mudou. A Família, escrita somente por mulheres de variadas regiões do país e de fora dele também, foi publicada ininterruptamente até 1897, sendo considerada uma das mais combativas e avançadas revistas feministas de sua época. Suas páginas, trazendo textos sobre a igualdade entre homens e mulheres, sobre o direito ao voto feminino, sobre a necessidade da educação feminina e sua precariedade, assim como críticas à Igreja Católica e às instituições públicas referentes à questão feminina, deixaram gravados os posicionamentos e as lutas das primeiras feministas brasileiras.

A Família foi também o principal e quase único veículo de comunicação das ideias de Josefina, que não foi uma autora de vasta produção. Ao contrário. Publicou especialmente textos e crônicas políticas e feministas, uma peça de teatro e alguns poemas. Se houve mais, perdeu-se. Mas sua obra não pode ser desprezada, pois além de ser uma das poucas mulheres que escreviam e publicavam neste Brasil patriarcal e conservador de então, seus escritos recusavam a ordem e o estabelecido, pois claramente feministas, polêmicos e sem medo de bater de frente com o que fechasse mais portas às mulheres, como o ataque realizado contra Benjamin Constant quando este, Ministro dos Correios e Instrução em 1890, baixou decreto proibindo o acesso das mulheres à instrução superior. Certamente, Josefina compõe o grupo de precursoras feministas do século XIX.

O título selecionado de Josefina e que abre a presente coleção, A mulher moderna, foi sua segunda coletânea, publicada originalmente em 1891⁴. Reúne textos publicados na seção A emancipação da mulher da Revista A Família. É especificamente em torno da importância da educação para a mulher, como condição de sua emancipação, e dos seus direitos políticos que tratam todos os textos. O jornal vai se transformando num veículo panfletário, um verdadeiro veículo de propaganda de ideais políticos de gênero.

A obra inclui a peça “O voto feminino”, texto com traços de comédia de costumes e números musicais, na qual a autora expõe os principais argumentos pró e contra a inclusão das brasileiras nas

4 O primeiro foi Retalhos, publicado em 1890, conforme Augusto Blake.

eleições nacionais, e algumas questões sobre a polêmica da inserção feminina no mundo público e político que estavam em voga no final do século XIX. A peça foi encenada pela primeira vez mês em 1890, no Recreio Dramático, antigo e popular teatro do Rio de Janeiro. Em 1895 é novamente encenada no Teatro Variedades, também no Rio de Janeiro, como informa o n. 294 do Jornal carioca *A notícia*.

A republicação da peça, que havia sido já publicada nas páginas d'*A Família*, teve o objetivo de influenciar parlamentares para que não se repetisse, na nova Constituição, a omissão dos direitos políticos das mulheres. Mas isso só viria a acontecer em 1932.

E por sua importância na luta pelos direitos políticos das mulheres no Brasil, *A mulher moderna* de Josefina Álvares de Azevedo foi escolhida para abrir a Coleção *Escritoras do Brasil* que o Senado Federal tem a honra de publicar.

Desejamos a todos uma boa leitura!

As organizadoras



INTRODUÇÃO

Não é este um livro inteiramente novo.

Quem tenha acompanhado de começo a propaganda por mim iniciada na imprensa, neste livro encontrará quase todos os artigos que, sob o título – Emancipação da mulher e correlativos, tenho publicado no meu periódico *A Família*.

Novo também não é o trabalho dramático que, sob o título – Voto feminino, tive a ventura de ver aproveitado em cena.

Entretanto, quer uma parte como outra, de algo pode servir a quem tenha o desejo de possuir colecionados esses meus trabalhos, e muito mais ainda àquelas pessoas que ou de todo os não conheça ou em parte não os tenha tido sob os olhos.

O que aqui se pode ler é aquilo a que eu chamarei – a minha obra.

Posso dizer com orgulho que ninguém com mais entusiasmo e amor tem tratado do meu assunto no Brasil – A emancipação da mulher. Vai nisso, sei bem, o maior merecimento do meu trabalho.

O assunto por sua natureza é grande.

Penas mais vigorosas, mais adestradas, tê-lo-iam explanado com maior vantagem para a causa em si. Não o fariam com mais dedicação.

É que ninguém estará mais convicta do que eu de quanto é justa a causa que defendo, do quanto é forte a razão que está do meu lado, de quanto é sagrado o direito que eu peço aos homens que reconheçam em nós – as mulheres. Neste pressuposto, quero reconhecer em todos, mais talento, mais aptidão, mais ilustração e

clareza, nunca maior entusiasmo, maior acrisolado amor.

Um livro que nasce d'alma e do coração. Posso dizê-lo, quando mesmo fosse um livro repetido, mereceria sempre a complacência dos leitores.

Eu sei que a maioria dos homens odeiam estas questões, e detestam as mulheres que escrevem; que mulheres há que não nos aplaudem, do mesmo modo que as escravas do sultão não aplaudem a liberdade e a autonomia das mulheres do Ocidente. Que importa!? Há além de todas estas criaturas alguma coisa que lhe é superior – é esta vasta aspiração, tão grande, que pode chegar um dia a ser um ideal inspirador até de poetas como Hugo.

Diante dessas criaturas de espírito apoucado, eu não pousarei o pensamento de um instante, porque nada lucraria com isso.

Preconceitos vãos são sempre fragilidades que se aniquilam pela própria fraqueza: consome-os o tempo.

A emancipação da mulher é um ideal – a ele foram consagradas todas essas páginas que se seguem.

Boas ou más, elas são sem dúvida uma revelação – a de que eu creio num futuro melhor para a mulher brasileira e de regeneração para a humanidade.

DA AUTORA.

PRIMEIRA PARTE



O VOTO FEMININO



O VOTO FEMININO

I

No fundo escuro e triste do quadro de provações a que votaram a mulher na sociedade, brilhará, com a fulgente aurora da República brasileira, a luz deslumbradora da nossa emancipação?

Eis, no momento presente, o problema quase vago que perpassa por nossa mente, como uma ideal aspiração.

A pátria é livre, a sociedade brasileira vai reconstituir-se sob as bases de uma prometida política libérrima, de vistas amplas, de princípios vitoriosos. Mas em meio a tudo isso o que ficará sendo a mulher brasileira? Qual o destino que lhe reservam no conflito da vida nacional?

O regime da escravidão legal e moral, que nos premia, como uma massa formidável sobre um corpo, não era um regime de igualdade, não dava à mulher vasto campo ao exercício da sua atividade em todas as esferas; aos seus pulsos ligava as cadeias de preconceito, vendava-lhe os olhos da inteligência, com o negro capuz da ignorância. Esse regime caiu, atirando os seus destroços para o acúmulo do passado. Mas deixará por ventura após o seu cataclismo, uma coluna só, de pé, desfiando a razão da nossa condição social oriunda do regime passado?

Eis que convém saber. O país vai, sob a nova fase de existência inaugurada a 15 do corrente, consultar os espíritos emancipadores sobre as leis sociais que hão de preparar o advento de todas as grandes pátrias.

É necessário que a mulher, também como ser pensante, como parte importantíssima da grande alma nacional, como uma

individualidade emancipada, seja admitida ao pleito em que vão ser postos em jogo os destinos da pátria.

A liberdade e a igualdade são sempre umas.

À mulher como ao homem deve competir a faculdade de preponderar na representação da sua pátria.

Queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições.

Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora isso a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós.

No empenho de conquistarmos a nossa completa emancipação social, consintamos às nossas briosas e denodadas colegas, a fim de empenharem os seus esforços terçando as suas armas numa luta, que será, além de tudo, a nossa liberdade e glória da América.

II

Nas sociedades modernas, em que a democracia tem solapado as bases do feudalismo extinto, o direito de voto é a primeira e mais elevada afirmação da supremacia do indivíduo.

Salvas as restrições razoáveis da incapacidade legal, outra razão não há que iniba o indivíduo de afirmar o poder soberano da sua vontade, da sua inspiração, da sua consciência.

Mas em geral assim é em relação aos homens, não o é em relação às mulheres. A nosso respeito as leis são de uma estultice implacável, de uma anomalia injusta e dolorosa. Não temos nem mantemos na sociedade o poder discricionário da consciência em matéria que não seja pela condição inferior, do nosso exclusivo domínio. Não temos a amplitude desassomburada das funções exteriores; não nos consentem como seres completos, moralmente falando, não nos permitem o livre arbítrio em assuntos da competência comum.

Por que? Seremos por ventura na ordem dos fenômenos humanos uns monstros de natureza a não podermos utilizar a supremacia das nossas faculdades morais e intelectuais?

Formidável absurdo!

A mulher que é e tem sido em todos os tempos um ser igual ao homem, como ele capaz de todos os heroísmos, de todas as dedicações, de todas as funções do espírito e do coração, não pode ser considerada a ele inferior em caso algum.

Se a natureza da sua organização diverge na concepção da sua moralidade, não a incompatibiliza por isso com a vida social em todas as suas manifestações.

Já hoje, pela conquista da civilização, temos demonstrado que não somos nada inferiores ao homem nos acidentes da educação intelectual. No aproveitamento das nossas aptidões em todos os ramos da atividade outrora relegadas aos homens, da mesma forma temos provado que não somos a ele inferiores.

As médicas, as advogadas, as matemáticas dos nossos tempos em nada têm desmerecido nas relações sociais com o homem; as funcionárias públicas, as operárias, as que se empregam no comércio, do mesmo modo não têm feito senão aduzir provas em favor da nossa compatibilidade em todos os misteres da vida. Na governança dos estados regidos por monarquias, são ainda, como se vê modernamente, as rainhas que melhor têm guiado os destinos dos seus povos.

E na confabulação íntima dos ministros e grandes dos estados, que têm a sua guarda graves responsabilidades nos destinos dos seus povos, são ainda as mulheres as melhores, as mais sensatas, dedicadas e inteligentes conselheiras. Porque, pois, ainda e sempre este estado de inferioridade em que nos conservam, recalcitrantemente?

Não querem os homens que intervenhamos nos negócios do estado. Um homem qualquer em maioria de casos, notável pelo desequilíbrio de faculdades é o supremo arbitro dos destinos da mulher, o seu legislador; nós, porém, não temos nem sequer o direito de repudiá-lo, de negar-lhe a confiança que não merece. Não será a nossa em tal caso uma condição horrível?

Se pelos atributos, que, de há tempos, se tem reconhecido na mulher, hoje já podemos adquirir uns tantos foros sociais, exteriores, claro está que nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente, nos casos em que tenhamos de

afirmar nossa soberania pelo direito do voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha restrição além da emancipação intelectual, da consciência do ato, da faculdade de discriminação.

Ainda mesmo (o que admito) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o voto, isto é, o da livre e conscienciosa escolha daqueles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos, e que alentamos com a vida e a educação de nossos filhos.

III

Longa e muito debatida tem sido esta questão do direito de voto às mulheres. Jamais deixou ela de impressionar os espíritos adiantados, aos reformadores sociais, às consciências retas e esclarecidas. E todavia, permanece no mesmo pé que sempre. Provada a competência da mulher para as funções da vida pública, ainda assim prevalece a estulta teoria da inferioridade de sexo! De modo que a este respeito, estamos no mesmo pé que as sociedades antigas, em que o problema singular era como hoje, pelos espíritos mais cultos desses tempos.

Agora mesmo agitada esta questão em Minas, em vista de requerimento de duas senhoras, que pretenderam a inclusão de seus nomes no alistamento da parochinha em Barbacena, e que, depois de favorável despacho do juiz de direito da comarca, foram mandadas excluir do alistamento em acórdão da Relação de Ouro Preto.

Para dar uma ideia nítida das razões fúteis dessa decisão, e da singular e absurda doutrina em que se funda, transcrevi em seguida os considerados apresentados:

“Considerando que, conquanto pareça, à primeira vista, que todos devem ter o voto ativo, a faculdade eleitoral, o direito de intervir no exercício dos poderes delegados, a razão e o interesse público não podem deixar de necessariamente admitir as incapacidades resultantes do sexo, da menoridade, da demência, e da ausência das habilitações que convertessem o voto em perigo social (Marquez de S. Vicente. Dir. pub. Vol. I, tit. 4º § 2º, nº 252);

“Considerando que as mulheres pelas nossas instituições constitucionais não têm capacidade política, e seria uma grave contradição conceder-lhes o gozo de direitos políticos, quando elas não têm a capacidade civil;

“Considerando que, se as mulheres pudessem ser eleitoras, poderiam ser juizes de paz, vereadores, deputados, senadores, uma vez que reunissem os demais requisitos legais, o que é absurdo, porque nenhuma lei reconhece-lhe jamais esse direito;

“Considerando que, se as mulheres fossem admitidas à inclusão do alistamento eleitoral, também o seriam ao exercício de quaisquer funções públicas, o que é igualmente absurdo, sendo certo que segundo as leis em vigor, somente por exceção exercem algumas, que não repugnam à sua condição, nem têm caráter político;

“Considerando que o exercício dos direitos políticos como os dos civis, a capacidade política, com a civil, pressupõe lei que a conceda, e nenhuma há que ainda que concedesse aquela às mulheres, como confere esta com restrição o que reconheceu o governo em aviso de 25 de janeiro de 1881, expedido em virtude do parecer da seção de justiça do conselho de estado, decidindo que a mulher comerciante matriculada não podia votar e nem ser votada para o lugar de deputado comercial;

“Considerando que não há muitos anos, discutindo-se a reforma eleitoral, indicou-se e não se venceu que se tornasse extensivo às mulheres o gozo dos direitos políticos, o que demonstra a não existência de lei que lhes conceda;

“Considerando que as disposições concernentes à incapacidade eleitoral, as restrições do direito, de voto, não contemplam a mulher, porque jamais lhe foi reconhecido esse direito, não sendo licito ainda por este motivo concluir-se dessa exclusão a existência da capacidade política;

“Considerando, finalmente, que nos países mais adiantados não foram ainda as mulheres admitidas a tomar parte no governo da sociedade, exercendo o direito de voto; e assim decidindo, pague a recorrida as custas da lei.”

Estes considerados encerram doutrina tão insensata, que não poderiam prevalecer em um tribunal qualquer, se a inteligência dos

juizadores não estivessem obscurecida pelo preconceito secular que nos tem mantido em um estado de dependência afrontosa do critério dos homens em todas as relações sociais.

Em certa parte, funda-se nas determinações constitucionais, o que agora deixará de prevalecer quando a constituinte fizer para este povo a lei fundamental dos Estados Unidos do Brazil dando à sociedade brasileira toda a amplitude de que carece para o seu brilhante futuro e grande prosperidade.

A lei em caso algum cogitou de negar à mulher o direito de voto. É certo que não temos exercido esse direito, mas também é certo que ele não tem base de nulidade, senão em presunções fúteis e egoístas. Mas o que é lógico é que a mulher emancipada pela inteligência e pela razão é igual ao homem, em valor moral, e portanto, a ele igual perante a lei.

IV

Expostas como ficaram, no passado artigo, as especiosas razões em que se fundaram os desembargadores de Minas para negar às suas patrícias o direito discricionário do voto, devo atestar que em geral são elas as mesmas que prevalecem em todos os casos de restrições de nossos direitos.

O fundamento universal de todos os que opinam contra a nossa emancipação é esse – que a mulher não tem capacidade política.

Por que? Perguntamos nós, e a essa pergunta não nos dão resposta cabal.

Em geral, os casos de incapacidade política são estes – menoridade, demência, inabilitações restrição de liberdade por pena cominada, etc.

A esses aduzem os legisladores a “diferença do sexo”. Mas em que essa diferença pode constituir razão de incapacidade eleitoral?

A mulher educada, instruída em perfeito uso de suas faculdades mentais, exercendo com critério as suas funções na sociedade, é uma personalidade equilibrada, apta para discernir e competente para escolher entre duas ideias aquela que melhor convém. Não pode por

consequente estar em pé de igualdade com os dementes, com os menores, com os imbecis.

Assim sendo, é absurdo o princípio de sua incapacidade eletiva.

Opõem os homens que a diferença de sexo estabelece incapacidade para as funções, que a tal incapacidade não existe em absoluto.

Portanto, ainda assim mesmo a restrição do direito eletivo às mulheres é absurdo.

Concordando em parte em que a diferença de sexo estabelece incapacidade parcial para funções públicas, não aceitamos a incapacidade absoluta pela mesma razão.

O direito de voto é um direito de escolha; e todos que possuem o necessário critério de escolha devem possuir o direito de voto.

Quando mesmo a elegibilidade ampla para os homens não os seja para as mulheres, o direito de eleger é o mais natural do mundo, principalmente nas fórmulas democráticas em que o poder é delegação dos povos.

Eu não sei bem discernir quais sejam nas sociedades os direitos que não nos devem ser permitidos.

Emancipada a mulher, a sua esfera de ação deve ser a mais ampla possível, e a lei, que tem por base o direito lógico das pessoas em sociedade, não pode logicamente estabelecer limites, que não tenham por base esse direito.

A primeira condição essencial de emancipação das pessoas é a instrução. Instruída a mulher, todos os direitos se lhe antolham como da posse razoável de todos os seres da espécie. A lei restritiva não lhe aparece senão como um despotismo tirânico da força contra o direito, do homem sobre a mulher.

E a mulher será instruída e emancipada, com todos os direitos inerentes às personalidades humanas, ou não será instruída, e, por consequente, torná-la-ão inferior pelo egoísmo dos seus semelhantes, o que é uma monstruosidade.

Repito: a emancipação da mulher é um direito concernente à sua instrução.

Mulher instruída é mulher emancipada. Instruí-la e conservá-la atada a todas as peias da ignorância, da superstição e da inferioridade social é absurdo preconceito que não pode senão produzir males sociais.

V

Muitos dias depois que voltei de uma breve excursão por São Paulo, revendo os jornais acumulados zelosamente em minha escrivaninha por paciente empregado, deparei com um precioso número do Muriaé, *Jornal de S. Paulo do Muriaé*, em que sob a epígrafe, se pretende responder ao meu artigo sobre o nosso direito de voto.

Devo responder a esse artigo, não para refutar os seus argumentos, porque esses são fúteis como o espírito de uma criança, velhos como a velha e bolorenta filosofia grega dos aristotélicos e platônicos; mas para fazer compreender ao seu autor que o seu arsenal literário anda muito desprovido de material bélico, e que, o que põe em ação, não tem valor nenhum.

Um só argumento forte apresenta o seu autor, e é que a mulher deve dedicar-se à função característica de ser mãe. A esse já respondi incidentalmente no arrasado de artigos anteriores sobre o mesmo assunto.

A mulher que é mãe, nada perde com ser cidadã; pode perfeitamente educar filhos e desempenhar deveres cívicos; do mesmo modo que um homem pode cuidar dos deveres da família e dos seus deveres de cidadão.

Está claro que se em dado período a mulher é solicitada exclusivamente por certos deveres maternos, nesse ela abster-se-á de qualquer colaboração na vida exterior, do mesmo modo que um homem detido por enfermidades ou motivos imperiosos exime-se de todo o trabalho fora do lar. Mas isso não é motivo para impedir-se que a mulher aplique as suas poderosas faculdades aos diversos misteres da vida externa.

Uma citação, porém faz o colega que releva notar como imprópria de uma discussão decente.

A frase de Oliveira Martins teria razão de ser para outros casos, nunca para este em que entra em discussão a personalidade de uma senhora séria. Aquele despejo lupanaresco não é digno das individualidades que militam na imprensa, não tem aplicação ao caso controverso, mesmo porque as funções cívicas não varrem o amor do coração da mulher, e não se dá o caso em juízo quando o amor santifica a união dos dois sexos. De onde se conclui que o colega ou foi desastrado, ou não se compenetro da gravidade da situação.

Quisera encontrar argumentação mais sólida e mais digna; infelizmente não acontece assim: o artigo do colega é vazio de ideias, pobre de inspiração.

Muito melhor fora que Muriaé não se resolvesse a discutir questão tão transcendente, ou, pelo menos, não se metesse a dar opinião em semelhante assunto; mas como o fez, no que fica dito, tem o troco que merece.

VI

A velha questão já vencida do direito de voto às pessoas de meu sexo teve, ao que me consta, uma solução provisória pelo governo, a mais incompatível com o regime de igualdade, como é o republicano que agora possuímos.

O governo, resolvendo a questão apresentada, não considera nem oportuna, nem conveniente qualquer inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres *sui juris* ao alistamento e ao exercício da função eleitoral.

A solução supra pode ser considerada como não tendo razão de ser, uma vez que se nos admitindo a votar, em virtude da lei vigente, nada se inova, nem se nos concede fora da lei. A grande questão está em se saber se a mulher está ou não na letra da lei para ser admitida à qualificação, e ninguém poderá negar que a respeito não há nem uma só disposição que a impeça de poder obter o título de eleitora.

Ora, não há dúvida alguma em que, pela lei vigente, toda aquela que souber ler e escrever é admitida a votar, consagrando o direito

em tal caso como condição indispensável a qualquer pessoa para o exercício dessa faculdade, a condição de poder exercer conscientemente o privilégio eleitoral.

A lei até hoje consagrando esse privilégio por não ter sido restringido a faculdade às mulheres, nunca foi discutida pelo fato de não ter sido invocada por nenhuma dama, que se quisesse valer dela. No momento em que se apela para a sua doutrina em favor de qualquer pretensão, ela não pode deixar de ser cumprida à risca, e nesse caso não há inovação em conceder-nos o direito de voto.

Mas não fica só por aqui o nosso argumento acerca da inconsequência da resolução citada.

Os privilégios e as teorias mais absurdas, fazendo o cortejo nefasto de teorias falsas que compunham o velho regime, haviam limitado à mulher na sociedade o papel precário de ser social sem direitos civis.

Com a inauguração do regime republicano era natural que esses vícios e defeitos da forma decaída desaparecessem também. E, no entanto, a solução de que tratamos veio tirar-me dessa doce ilusão.

A questão é momentosa e há de por força produzir os seus naturais efeitos. No fim do grande século das reivindicações sociais não se poderá impunemente negar à mulher um dos mais sagrados direitos individuais.

Iludida a vitória dessa conquista, ela ressurgirá por fim inteira e sublime, como a luz por instantes obumbrada ressurgente mais brilhante e intensa, cessada a causa que a impedia.

VII

Alguns jornais desta capital têm inserido notáveis artigos acerca do direito de voto às pessoas do sexo feminino.

Na atualidade, mais do que nunca, é questão que está interessando profundamente o espírito público. É só por isso uma questão exequível; pois nunca um princípio qualquer preocupa assim como o espírito público, quando a sua inexecutabilidade o prejudique.

De onde, a legitimidade e a ocasião do combate em favor desse direito que tem sido a maior extorsão de todos os tempos, e que vem da antiguidade mais remota dos nossos dias, como uma iniquidade que assinala o egoísmo senil dos homens em todos os tempos.

Agora, que se procura constituir a nacionalidade em mais sólidas bases da democracia contemporânea, muitas opiniões respeitáveis têm aparecido em favor do direito de voto às mulheres.

Em algumas das constituições esboçadas por notáveis juristas e publicistas para servirem de base a Constituinte brasileira, esse direito tem sido consagrado como de justiça e perfeita exequibilidade.

Prova é de que o momento é chegado de ampararmos a ideia de legislar-se para nós outras de acordo com a justiça da nossa causa.

Os argumentos que até hoje têm aparecido em desfavor do direito de voto às mulheres estão moralmente mortos diante dos muitos privilégios que já se nos concede. É uma questão julgada.

Só por uma inqualificável relutância, por um aferrado egoísmo dos homens, por um desastrado erro de opinião se continua a manter o princípio de tutela às mulheres na questão política. Todas as causas de impedimento que nos irrogam para o exercício do direito de voto estão logicamente destruídas.

Nada nos incompatibiliza com esse direito. E a função correlativa de ser votada é tão exequível e tão natural, que diante dela nenhum só argumento sério se poderá mais trazer-nos a consideração.

Estamos convencidas de que agora, que se trata de constituir a nossa nacionalidade, ficará efetivamente consignado na lei o princípio já muito impugnado. A propaganda que temos visto correr na imprensa em geral nos assegura que o momento chegou dessa grande reparação. Convém, entretanto, que todas as senhoras brasileiras se interessem pela vitória desse sagrado princípio, do que depende a nossa elevação na sociedade.

É urgente que cada uma de nós se torne no lar uma propagandista acérrima, como em reunião e em sociedade se devem constituir aquelas que estejam melhor preparadas para o fazerem. E se assim procedermos, podemos contar com a vitória da nossa santa causa.

VIII

A ingente luta, que ora é sustentada em prol dos direitos irrecusáveis de elegibilidade, que pretendemos seja consignado na legislação pátria, não se extinguirá jamais na tímida e quase insignificante escaramuça que tem havido na imprensa. É uma conquista do progresso, e tanto basta para que continuamente mais se avante até a sua vitória final.

Um direito é sempre um bem inalienável. Pode a injustiça das idades obscurecê-lo por séculos; pode a iniquidade dos poderosos reprimi-lo pelo temor inepto dos fracos e pusilânicos; pode a estultice do egoísmo humano prejudicá-lo com o sofisma estolido do senso entorpecido: há de, por fim, esse direito. Firmar-se nas leis, impor-se às maiorias, consagrar-se nos costumes, como um princípio inalienável, de que as sociedades não se podem divorciar.

Nenhuma sociologia quer conhecida, quer por estabelecer, pode de modo algum escurecer uma verdade palpitante das ciências de seu tempo; assim como nenhuma fisiologia há que escureça no indivíduo a tendência para a destruição da matéria: do mesmo modo, nenhuma sociedade pode negar aos indivíduos direitos que as suas aptidões consagram. E se não é razoável que a mulher seja inferior ao homem perante a faculdade eleitoral, segue-se que não se nos poderá negar o direito à elegibilidade porque nos empenhamos.

Assim, o nosso dever é cerrar cada vez mais as fileiras das lutas em prol da consecução desse direito; porque assim, mostraremos que somos capazes de o exercermos efetivamente e iremos despindo com firmeza as vestes antipáticas do egoísmo com que o outro sexo vestia a nossa suposta incompetência para todos os exercícios civis.

Sem dúvida, a nossa elegibilidade não é uma lei histórica; todas as legislações firmaram constantemente sobre a mulher a tutela dos homens, e de tal modo que a nossa educação foi sempre precária e incompatível.

Mas as tentativas e experiências nos Estados Unidos têm demonstrado à sociedade a larga iniquidade secular, de que temos sido

vítimas, e insurge-se destarte contra a tradição histórica, demonstrando que a legislação insuficiente, falta aquilo que nos venha compatibilizar com todas as funções humanas.

A nossa Constituinte, prestes a reunir-se para firmar a lei base da nova nacionalidade, deverá ser o ponto de partida para essa grande reforma, de que hoje carecermos mais do que nunca, mas que pode ficar prejudicada, ainda por muitos anos, se não nos esforçarmos porque ela se faça já, compelindo os constituintes a firmarem de uma vez para sempre o nosso direito obscurecido.

Assim, é urgente que a nossa propaganda se fortaleça cada vez mais, tendo em vista a próxima Constituinte, em que devemos contar com defensores sinceros para que a nossa causa triunfe como o mais elevado direito social.

IX

Nos Estados Unidos trabalham ativamente as nossas dignas irmãs pela completa emancipação política das pessoas do nosso sexo.

No dia 24 do corrente foi apresentado ao congresso em New York um projeto de lei dando-nos direitos políticos.

O projeto foi julgado objeto de deliberação.

Vencido o preconceito ali, na América do Norte, justo é que aqui, na América do Sul, a nossa propaganda recrudesça e alcancemos ao fim aquilo que é um direito, embora sistematicamente negado pelos homens.

Não há hoje quem sustente incompatibilidades cívicas com o vigor da lógica e do bom senso. A educação que faz o homem forte, pode (está provado) dar também virilidade à mulher, que perfeitamente emancipada pela educação, pode ocupar todos os cargos, desempenhar todas as funções, ainda essas mesmas com que os homens egoístas procuram ridicularizar-nos.

Nós temos hoje o dever de caminhar; a humanidade não se poderá deter na estagnação do orientalismo, que faz da mulher um ser desequilibrado.

Basta de pieguices e de razões de cabo de esquadra, contra os nossos direitos, contra as nossas aptidões, contra a nossa liberdade.

X

A reportagem da imprensa diária trouxe até nós a notícia de que somente sete opiniões foram favoráveis à concessão do direito de voto às mulheres na lei fundamental que estudam e discutem neste momento os 21 membros do parlamento, constituídos em comissão para dar parecer sobre essa importante peça. Para que não tivéssemos o direito do julgar perdida a nossa causa neste primeiro congresso nacional, era necessário não conhecer o espírito dos homens – seres perturbados sempre por todos os egoísmos que os torna inaptos para as grandes generosidades.

Por si sós, os homens nunca fariam grandes coisas. Em qualquer dos maiores rasgos humanos, encontrar-se-á o espírito da mulher iluminando as almas. E a lei da nossa emancipação política e social só será um fato, no dia em que todas nós repudiarmos esta condição aviltante em que somos mantidas, graças ao orgulho, ao egoísmo e a falta de discernimento dos nossos opressores.

Prolongam indefinidamente esta agonia secular que sofremos, negando-nos tudo: a liberdade, que é o gozo da existência; a independência, que é a consciência do valor próprio; a inteligência e a razão que são os atributos da alma iluminada pelos clarões sublimes das virtudes humanas. E, no entanto, somos as depositárias dos mais sagrados tesouros em que os homens fazem residir a sua felicidade – a honra no amor, a crença no bem e a fé na esperança!

Que vale mais do que isto um pouco de arbítrio que se nos conceda para o livre exercício da nossa vontade nos domínios das questões mais sérias que afetem os interesses da sociedade de que somos parte importantíssima?

Os dois terços da comissão adversos ao nosso direito, dirão sem dúvida em um arrazoado difuso ou fútil isso que para nós já teve a melhor das traduções – banalidade ou egoísmo.

O direito de voto às mulheres é de uma equidade irresistível.

Não estamos fora das leis. A sociedade nos impõe deveres como aos homens. Como eles, temos responsabilidades morais e legais. Se fazem boa política ou má, bom ou mau governo, somos igualmente sofredoras das suas imediatas consequências. Como pois negar-nos o direito de escolha entre o bom e o mau?!

Entretanto, já pelo procedimento dos dois terços da comissão, podemos julgar da solução que terá no Congresso esse problema social importantíssimo – uma completa negativa, um formidável desprezo por tudo quanto afeta o direito civil da mulher.

Eu não sei se os nossos congressistas estão ao corrente da profunda transformação social que se vai operando na Europa e principalmente na América do Norte em relação à emancipação da mulher, que, nessas regiões já, intelectualmente, conseguiu equilibrar-se com o homem; sei apenas que o atraso dos homens no Brasil, na questão transcendente que discuto, é tão grande, que seria difícil vencer o preconceito infantil que eles atestam a cada momento, julgando-nos seres inferiores e consequentemente incompatíveis com todos os direitos civis.

Triste convicção!



O VOTO FEMININO

COMÉDIA EM I ATO

Representada com gerais aplausos no teatro Recreio Dramático

PERSONAGENS

Conselheiro Anastácio	Castro
Dr. Rafael, deputado	Bragança
Dr. Florêncio	Germano
Antônio, criado	Pinto
Esmeralda.....	Isolina
Inês	Elisa Castro
Joaquina, criada.....	Luiza Porni

Ação – Rio de Janeiro. Época - atualidade



ATO ÚNICO

Sala em casa do conselheiro Anastácio. Móvelia rica. Decoração de luxo.

Cena 1

ANASTÁCIO (Só)

(Ao subir o pano, está sentado, com um pequeno papel na mão, fazendo

contas) Cebolas, 200 réis; azeite doce, uma garrafa 640; fósforos, um pacote 200 réis; toucinho, um quilo 1\$500: (*parando a leitura*) como está caro o toucinho! (*continuando a ler*). Carvão, um saco 2\$000; batatas, 240. – Soma 4\$780. Quatro mil setecentos e oitenta, bem certos. Mas em que foi então que minha mulher gastou cinco mil réis?! (*chamando para dentro*) Senhora! oh! senhora! (*pausa*). Há de estar lendo os artigos de fundo dos jornais diários. É a sua mania! E enquanto lê vai tudo por água abaixo como numa correnteza, não há dinheiro que chegue! (*chamando*) Sra. D. Inês! Oh! Sra. D. Inês!

INÊS

(*De dentro*) Já vou, já vou.

ANASTÁCIO

Apre! Que a Sra. minha mulher em se metendo no gabinete de leitura, não se lhe importa que a casa caia. Isto é demais. Ora figas!

Cena 2

ANASTÁCIO E INÊS

INÊS

(*Entrando*) Aqui estou, Sr. Anastácio. Que barulho! Vão ver que é para aí qualquer ninharia!

ANASTÁCIO

Ah! Para a senhora tudo é ninharia!

INÊS

De certo.

ANASTÁCIO

Pois não é, não senhora; são onze vinténs que faltam nesta conta...

INÊS

Ora, louvado seja Deus! Por onze vinténs um barulho tão grande.

ANASTÁCIO

Pois sim, pois sim; mas é que muitos onze vinténs arruinam um homem, e...

INÊS

E o Sr. queria que eu deixasse os meus afazeres para estar a tomar conta destas insignificâncias...

ANASTÁCIO

Sem dúvida. É este o dever de uma boa dona de casa.

INÊS

Meu dever?! Oh! Sr. Anastácio, pois o Sr. quer que a mulher de um ex-conselheiro esteja a ridicularizar com a criada?

ANASTÁCIO

Ridicularias! Ridicularias! Para a Sra. só são importantes as discussões de política, a literatura piegas desses franchinotes que andam peralteando pela rua do Ouvidor, as borradelas dos pintores, os teatros, os partidos, e até os duelos! Sra. D. Inês, a Sra. não se sai bem desta vez. Os duelos!

INÊS

Naturalmente. Então queira o Sr. que assim não fosse?

ANATÁCIO

Está visto. Ah! Mulheres!... mulheres!...

INÊS

Já não estamos no tempo da mulher objeto de casa, escrava das impertinências masculinas.

ANASTÁCIO

Ora figas, Sra. Inês!

INÊS

Estamos no fim do século XIX, em que o livre arbítrio fez de cada criatura um ser igualmente forte para as lutas da vida, ouviu?

ANASTÁCIO

Tã, tá, tá, tá. Ora figas! Qual lutas da vida! Qual livre arbítrio! Qual século XIX! Qual nada! A mulher foi feita para os arranjos de casa e nada mais!

INÊS

O Sr. está me desacatando!

ANASTÁCIO

Ora figas! A senhora é que não está em si; perdeu a razão.

INÊS

Ah! Não quer que nós tenhamos direitos?!

ANASTÁCIO

Não, de certo. O pior é que a Sra. já está transtornando a cabeça de minha filha, que anda-me também com as mesmas ideias.

INÊS

Sem dúvida alguma. E há de aproveitar muito a nossa querida Esmeralda.

ANASTÁCIO

Há de ser muito divertido.

INÊS

Que bonito futuro está reservado a nossa filha!

ANASTÁCIO

Se for uma boa mãe de família...

INÊS

Há de ser; e também uma das melhores figuras da nossa política.

ANASTÁCIO

Que diz?

INÊS

Se passar a lei...

ANASTÁCIO

Ó senhora, eu já lhe disse que não me meta a mulher na política!

INÊS

Que! Não meta a mulher na política! Oh! Sr. Anastácio, a mulher não é por ventura um ser humano, perfeitamente igual ao homem?

ANASTÁCIO

(Com calma) Sei lá! O que sei é que a política não foi feita para ela. A mulher metida em política, santo Deus!... Não me quero incomodar Sra. D. Inês. Vou à chácara tomar um pouco de fresco. Até já. *(Sai.)*

Cena 3

INÊS *(Só)*

São insuportáveis estes monstros de egoísmo! E quando se lhes fala em concorrermos com eles na vida pública, é um Deus nos ajuda; fazem logo vir o céu abaixo...

Cena 4

INÊS E ESMERALDA

ESMERALDA

(Entra lendo um jornal) Que quereis fazer de uma mulher como vós inteligente, como vós ativa, como vós ilustrada, como vós amante da pátria, e que lhe quer, pode e deve prestar todos os serviços?!

INÊS

(Que tem estado a prestar muita atenção) Sim, sim, o que querem os homens fazer de uma mulher assim?

ESMERALDA

Oh! Minha mãe, que belo artigo o do Dr. Florêncio, publicado no *Correio do Povo*, de ontem.

INÊS

É um grande talento!

ESMERALDA

Tem feito do voto feminino uma campanha célebre.

INÊS

E há de vencer.

ESMERALDA

Se vencerá!

INÊS

Em passando a lei, já se sabe, hás de te apresentar para deputada. (★)

ESMERALDA

Eu, minha mãe?

INÊS

Sem dúvida. Pois não estás habilitada para isso?

(★) Nota – A palavra como significação de emprego que só convém ao homem é invariável; mas no caso da tese que se discute varia logicamente.

ESMERALDA

Sim, estou habilitada. Mas meu marido?

INÊS

Ora, o teu marido! Que se empregue em outra coisa.

ESMERALDA

É bom de dizer, a senhora sabe que ele tem sido sempre deputado... E não há melhor emprego do que esse.

INÊS

De agora em diante serás tu. Se lhe há de estar todas as noites a ensinar o que ele há de dizer, vai tu mesma dizer o que sabes.

ESMERALDA

Pobre Rafael! Ele que deseja tanto subir!...

INÊS

Sobe tu. Faz-te deputada, (*aparece ao fundo a criada*) depois senadora, depois ministra, e talvez que ainda possas chegar a ser presidente da República...

Cena 5

INÊS, ESMERALDA E JOAQUINA

JOAQUINA

(*Entrando*) Quem? O Sr. Rafael?

INÊS

Não, tola, a Esmeralda.

JOAQUINA

(Admirada) Ué!

ESMERALDA

Ora, mamãe, isso não se faz assim.

INÊS

Como não! Faz-se, sim, senhora. E eu hei de ser a tua secretária.

JOAQUINA

(Contente) Que belo! Nesse tempo eu ficarei sendo sua criada grave.

INÊS

É verdade, poderás proteger essa rapariga arranjando-lhe algum emprego razoável.

JOAQUINA

Olhe, minha ama, sabe o que eu queria ser?

ESMERALDA

Diz lá.

JOAQUINA

Aquele homem que anda num carro fechado e com dois soldados a cavalo...

ESMERALDA

Oh, mulher, querias logo ser ministra?

INÊS

Isso é impossível, Joaquina.

JOAQUINA

Eu sei lá! Queria ser uma coisa que pudesse mandar os soldados.

ESMERALDA

Mandar soldados para quê?

JOAQUINA

Para nada, não, senhora. (*Aparte*) Para mandar prender aquele ingrato do seu Antônio, que não se quer casar comigo. (*Sai*)

INÊS

(*Que tem estado a conversar com Esmeralda, durante o aparte de Joaquina*) No dia em que for decretado o nosso direito de voto...

Cena 6

AS MESMAS E DR. RAFAEL

RAFAEL

(*Entrando*) Esmeralda, minha boa amiga! Senhora D. Inês...

ESMERALDA

Foi decretada?

Rafael

A lei do voto feminino...

INÊS

O ministro já decidiu?

RAFAEL

Ainda não. Espera-se a todo o momento.

INÊS

Que demora!

ESMERALDA

É possível que seja decretada, não? E o que dizes tu?

INÊS

(Aparte) O que diz?! Nada, como de costume.

RAFAEL

Eu... eu... aplaudo com entusiasmo essa propaganda.

ESMERALDA

(Sorrindo) Aplaudes? Fazes muito bem.

RAFAEL

E eu dou-lhes o meu voto.

ESMERALDA

Enfim, vamos ter o direito de voto.

INEZ

E o de sermos votadas.

Cena 7

OS MESMOS E ANASTÁCIO

ANASTÁCIO

(Entrando, furioso) Que pouca vergonha!

INÊS

Ora, até que enfim, já se pode ser mulher nesta terra!

ANASTÁCIO

Como diz?

INÊS

Digo-lhe que o direito de voto às mulheres vai ser decretado pelo ministro.

ANASTÁCIO

Está doida, minha senhora.

ESMERALDA

Está em consulta, meu pai.

RAFAEL

Está não, subiu para o ministro.

ANASTÁCIO

Figas, figas, é o que é. Pode lá dar-se semelhante patifaria.

INÊS

Patifaria, não. É a coisa mais justa deste mundo.

ANASTÁCIO

Se tal acontecer, pode-se dizer que o Brasil é uma terra de malucos.

INÊS

Sr. Anastácio, não me faça falar...

ANASTÁCIO

Sra. D. Inês, lembre-se de que eu sou um ex-conselheiro de Estado do Ex-Império e já fui ministro!

INÊS

Lembro-me sim; e por sinal que não era o senhor quem escrevia os despachos; mas, sim, eu e minha filha, que nem sequer tínhamos o direito de assiná-los.

ANASTÁCIO

Figas, figas! A senhora não sabe que é mulher?

INÊS

E o senhor não sabe que uma mulher não é inferior a um homem?

ANASTÁCIO

É, é, e será sempre. Para mim nem há dúvida.

ESMERALDA

Isso é conforme, papai.

RAFAEL

Sim, é conforme.

ANASTÁCIO

Qual conforme! É e é!

INÊS

Não é, não é, e não é. Que desaforo! A mulher inferior ao homem! Então foi para ser inferior a um carroceiro que o senhor mandou educar sua filha?!

ANASTÁCIO

Foi para ser uma belíssima mãe de família. Ora figas!

RAFAEL

(Entusiasmado-se) Apoiado.

INÊS

(Olhando para Rafael) Foi para ensinar ao marido, assim como eu ensinei ao senhor. Ora, aí está para que o foi!

ANASTÁCIO

Pois que fosse, mas não para ser votante... Ora figas, figas!

RAFAEL

(*Baixo a Inês*) D. Inês, olhe que isso é muito pesado!

ESMERALDA

Mas isso não é justo, meu pai.

ANASTÁCIO

Ah! Também pensas como tua mãe! Aqui está o que são as mulheres de hoje! O que todas vocês querem é ficar livres, para não prestarem mais obediência a ninguém. Mas tal não há de acontecer, figas!

ESMERALDA

Mas meu pai...

ANASTÁCIO

(*Colérico*) Qual teu pai, qual nada!

ESMERALDA

Acalme-se!

ANASTÁCIO

Isso não tem cabimento.

INÊS

Ah! Querem a nossa eterna humilhação!

ANASTÁCIO

(*Passeando, agitado*) Figas! Figas!

INÊS

Havemos de ser iguais; se a mulher está habilitada para ser mãe, essa missão sublime e grandiosa, porque não há de estar para exercer o direito de voto?

ANASTÁCIO

Que querem que façam os homens? Que cedam o lugar às mulheres? Que vão para a cozinha? Que vão dar ponto nas meias? Que vão amamentar crianças?

ESMERALDA

Ninguém diz isso. Ninguém quer tirar o lugar dos homens, mas nem por isso continuarmos nós na humilhante condição em que temos jazido até hoje.

ANASTÁCIO

É o mesmo estribilho. Esta gente está idiota.

INÊS

O senhor é que parece que perdeu a razão.

ANASTÁCIO

(Dirigindo-se a Rafael) Meu genro, estamos perdidos, a revolução das saias entrou-nos portas adentro; é preciso reagir. A mulher votante, com direito aos cargos públicos! Que desgraça! Que calamidade!

INÊS

Calamidade é a de termos homens como o senhor, que procuram aniquilar os nossos direitos em proveito da sua vaidade.

ANASTÁCIO

(Para Rafael) O que diz a isso?

RAFAEL

(Atrapalhado, olhando para a Esmeralda) Eu, eu não digo nada.

ANASTÁCIO

Se o senhor tem aprovado a atitude delas.

ESMERALDA

Porque é justo, meu pai.

ANASTÁCIO

Até a senhora! Está desejosa por votar e ser votada, ir ao parlamento, sobraçar uma pasta, andar de coupé e ordenanças! São assim todas as mulheres. Ah, mas eu hei de ensiná-las! Agora é comigo, senhor meu genro, venha daí. É preciso ser homem, ouviu? Ser homem! *(Empurrando-o na frente)* Ande, mexa-se. Até já, D. Inês. *(Saem os dois)*

Cena 8

ESMERALDA E INÊS

INÊS

(Indo à porta) Vão conspirar? Pois vão, que os havemos de ensinar.

ESMERALDA

O que! Pois pensa que eles serão capazes...

INÊS

Teu marido não, que é uma mosca morta, um toleirão; mas teu pai...

ESMERALDA

Meu marido tenho a certeza de que não se atreveria...

INÊS

Ora, ora! Teu pai o convencerá.

ESMERALDA

Mas isto é horrível. Conspirarem contra os nossos direitos é matar-nos a esperança de...

INÊS

É horrível! E diante disso não podemos cruzar os braços!

ESMERALDA

Mas os outros homens?

INÊS

São todos iguais.

ESMERALDA

Que fazer, então?

INÊS

Irmos ao encontro da sua conspiração.

ESMERALDA

Neste caso, vamos!

INÊS

É a conspiração das saias. Hei de mostrar a esses homenzinhos para quanto presta uma mulher. Vamos, Esmeralda.

Dueto

ESMERALDA

Eia à luta!

INÊS

Eia à luta!

Pois é certa esta vitória.

ESMERALDA

Batalhemos sem temor...

INÊS

Sem temor, que é nossa a glória.

ESMERALDA

Seja o homem forte embora...

INÊS

Sempre é forte o vencedor!

ESMERALDA

Sejamos fortes...

INÊS

Lutemos!

ESMERALDA

Venceremos pelo amor!

JUNTAS

Caia o homem, e subamos:
Para a ponta, é o que se quer,
Pois que é chegado o reinado
Glorioso da mulher!
(*Terminado o dueto, saem*)

Cena 9

JOAQUINA (Só)

(*Entrando*) Que balbúrdia! Parece um dia de juízo o dia de hoje nesta casa. Ouvi falar em conspiração! Há de ser a política das patroas! Até que desta vez vou ser aquele homem do carro e dos soldados.

A patroazinha vai ser uma grande coisa! E eu apanho o meu lugarzinho. Então, sim (*aparece Antônio à porta*), mando prender o Antônio, e, se ele quiser que o solte, há de casar-se comigo.

Cena 10

JOAQUINA E ANTÔNIO ANTÔNIO

Para isso não é preciso prender-me.

JOAQUINA

Ui!

ANTÔNIO

Não te assustes, meu quitute; sou eu.

JOAQUINA

Que medo! (*Canta*)

Dueto

JOAQUINA

Oh, que medo tão danado!
Me fizeste agora entrando!

ANTÔNIO

Pois te assustas, meu bem, quando
Meu prazer é ter-te ao lado?!

JOAQUINA

Tenho nervos, sou medrosa...

ANTÔNIO

Nervos assim, tentação?

JOAQUINA

Esta surpresa!

ANTÔNIO

Vaidosa!
Se tivesses coração...

JUNTOS

Pode o amor vir de surpresa,

Que bem vale um susto o amor.
Passa o susto... e se despreza
Toda a ideia de terror.

ANTÔNIO

Não foi nada; passou.

JOAQUINA

Não faça outra; ainda estou a tremer. Para outra vez...

ANTÔNIO

Para outra vez, hei de pedir licença... para entrar.

JOAQUINA

Por força, cá não se entra sem mais aquela...

ANTÔNIO

Ora, adeus! Eu é que, em gostando dum derricho como tu, não estou com cerimônias... vou entrando... E não faço caso de que me mandem prender, porque, como tu sabes, depois da prisão vem a soltura...

JOAQUINA

E quem falou em prendê-lo? (*Aparte*) Ouviu tudo!

ANTÔNIO

Você mesmo. E não sei para quê... se eu já estou preso pelo beicinho.

JOAQUINA

Eu cá me entendo. Os homens... É verdade: que vieste aqui fazer?

ANTÔNIO

Eu? Vim procurar o patrão... e ver-te. Ora, aí está!

JOAQUINA

Ver-me? Só? (*Suspira*)

ANTÔNIO

Só... e procurar o patrão! (*Suspira*)

JOAQUINA

Ver-me, só! (*Suspirando*) Ai, ai!

ANTÔNIO

(*Suspirando*) Só! Se nós já fôssemos casados!

JOAQUINA

Casados! Ah! O fingido, como suspira!

ANTÔNIO

Casados, sim. Pois tu não és a minha noiva?

JOAQUINA

Sou. E podemos ser muito felizes. Olha, vai passar-se aqui uma cons..., uma cons..., como é mesmo?

ANTÔNIO

Eu sei lá, mulher! Seja o que for.

JOAQUINA

Pois sim! A patroazinha vai ser ministro...

ANTÔNIO

O quê?

JOAQUINA

Ministro!

ANTÔNIO

Estás doida, mulher!

JOAQUINA

Ministro, sim! Ora, aí está! E eu vou ter um bonito emprego.
Depois me casarei contigo...

ANTÔNIO

(Desconfiado, aparte olhando-a muito) Que diz ela?
Estará doida?! Homessa! *(Continua a olhá-la)*

JOAQUINA

E tu também terás emprego...

ANTÔNIO

(Resoluto) Menos essa! Eu é que não quero esse emprego!

JOAQUINA

Então é porque não sabes o que há.

ANTÔNIO

O que há?

JOAQUINA

As mulheres agora vão ser como os homens.

ANTÔNIO

Como os homens? E os homens?

JOAQUINA

Como as mulheres.

ANTÔNIO

Livra!

JOAQUINA

Sim, senhor! Agora somos nós que vamos para os empregos.

ANTÔNIO

Oh, Joaquina, ou tu estás doida ou estás brincando...

JOAQUINA

É sério! Eu já pedi à patroa o meu emprego. É aquele em que a gente anda sentada num carrinho com os soldados a cavalo atrás.

ANTÔNIO

E eu, o que fico fazendo?

JOAQUINA

Tu não precisas trabalhar, não; ficas em casa.

ANTÔNIO

Para lavar as tuas saias e esfregar a tua roupa? Eu nunca tive jeito para esfregações...

JOAQUINA

Como é bom!

ANTÔNIO

O quê? As esfregações? Nada, não sou homem para estas coisas. Não quero...

JOAQUINA

Ah, se não quiseses assim...

ANTÔNIO

Que descaramento!

JOAQUINA

Qual nada! A mulher está na ponta!

ANTÔNIO

Sim, sim, na ponta da coisinha, ou, quando muito, na do quintal!

JOAQUINA

Olha, eu gosto muito de ti, mas lá por isso não é que eu hei de

deixar o meu emprego. Se quiseres casar comigo é assim; se não, é chuchar no dedo. (*Sai*)

Cena 11

ANTÔNIO, RAFAEL E ANASTÁCIO

ANTÔNIO

(*Só*) E esta! Ser obrigado a fazer de mulher para fisgar este diabo! É horroroso! Porque, afinal de contas, se isso acontecer, serei obrigado a escamar o peixe, limpar o quarto da mulher, lavar a roupa e fazer a goma para as saias! Isto põe um homem na espinha! Porém, no meio disso tudo, do que eu tenho birra é da cozinha! Cozinhar, eu?... que sempre tive quizila pelas panelas! Qual! Isso não pode nem deve acontecer. Prefiro morrer de fome a ter de mexer em panelas!

ANASTÁCIO

(*Entrando, sem reparar em Antônio*) Irra! É uma calamidade! O mulherio está alvoroçado!

RAFAEL

O caso está tomando proporções assustadoras.

ANASTÁCIO

Não pode ser! É uma desgraça se tal acontecer! É o fim do mundo! É... É... (*a Rafael*) O que é que é?

RAFAEL

Eu sei lá o que é!

ANASTÁCIO

Pois sei eu. É... É... (*com custo*), é uma figa, ora, aí está o que é.

RAFAEL

Estamos bem servidos, não há dúvida!

ANASTÁCIO

Está claro! Votam as mulheres, as mulheres são votadas! Para elas os empregos, as honras, as posições, e tudo, tudo! Que há de fazer o homem? Ficar em casa pregando colchetes nas saias?

RAFAEL

Isso nunca!

ANTÔNIO

(Aparte) Os homens estão danados!

ANASTÁCIO

É preciso conspirar!

RAFAEL

Mas como? De que modo?

ANTÔNIO

(Aparte) Sim, eu também sou interessado na questão!

ANASTÁCIO

De que modo? Ir contra as mulheres! Impedir que isso se dê.

RAFAEL

Ir contra as mulheres? Mas não vê que isso é difícil!

ANTÔNIO

(*Aparte*) Eu cá por mim, já estou resolvido a lavar as saias da Joaquina.

ANASTÁCIO

Quão difícil! Vou fazer um *meeting*! Estamos já aqui dois homens, (*reparando em Antônio*) com este que apesar de ser criado do Dr. Florêncio, há de acompanhar-nos, três: (*agarra-o pelo braço*) o compadre Izidro, quatro...

RAFAEL

O Silva, cinco.

ANASTÁCIO

Qual Silva! Qual nada! Aquilo é um banana! Um pancada! É capaz de tornar as saias da mulher e ir para o lado delas. Queremos homens que não se entreguem a essas lambisgoias. (*Sacudindo Antônio, que ainda o conserva seguro*) Você é homem?

ANTÔNIO

Pelo menos, pareço.

RAFAEL

Nesse caso é uma guerra de morte?

ANASTÁCIO

De morte? Não, de honra!

ANTÔNIO

Ui! Não me aperte o braço!

ANASTÁCIO

Fora com o voto das mulheres!

Cena 12

OS MESMOS E DOUTOR FLORÊNCIO

DOUTOR

Bom dia! Que é isso? Vejo-os exaltados!

ANASTÁCIO

Muito obrigado! O senhor é que é o causador de toda esta balburdia, de toda essa exaltação!

RAFAEL

Sim, o senhor mesmo.

DOUTOR

Mas, Sr. conselheiro.

ANASTÁCIO

Figas! Meu amigo! Figas! A cidade está em desordem! O mulherio está alvoroçado!

RAFAEL

Até a minha mulher!

DOUTOR

Meu colega, que é isso? Explique-se.

ANASTÁCIO

Não há explicações. Agora é cada um tratar de defender seus direitos.

RAFAEL

Até a minha Esmeralda!

ANASTÁCIO

E afinal de contas, também a Sra. Inês!

DOUTOR

Mas o que tenho eu com isto?

ANASTÁCIO

Minha mulher está doida! Compreende, doida.

RAFAEL

E eu estou aqui e estou sem mulher, sem a minha Esmeralda!

DOUTOR

Mas senhores, digam-me o que tenho que ver com isso.

RAFAEL

Foi o colega que andou introduzindo esta trapalhada por aqui.

Cena 13

OS MESMOS, ESMERALDA E INÊS

INÊS

Que grande vitória! Ah! Ainda bem que os encontro reunidos. Tenho boas notícias a dar-lhes. (*Vendo o doutor*) Oh! Doutor! Não sabe quanto prazer sinto com sua visita.

ANTÔNIO

(*Aparte*) O que estará a Joaquina a fazer na cozinha?

ESMERALDA

Accite os meus cumprimentos pelo seu brilhante artigo de ontem.

DOUTOR

Oh! Minhas senhoras! V. Exas. confundem-me. (*Dirigindo-se a Antônio*) Que fazes aqui?

ANTÔNIO

Vim aqui para saber de meu amo a que horas vai jantar.

INÊS

O doutor janta conosco.

ANTÔNIO

Neste caso...

DOUTOR

Podes retirar-te.

ANTÔNIO

(*Aparte, saindo*) Graças a Deus! Que estou livre das unhas e das figas do velho!

Cena 14

OS MESMOS, MENOS ANTÔNIO

INÊS

Pois como ia dizendo tenho boas notícias a dar.

ANASTÁCIO

É acusado, não quero aqui mais discussões.

INÊS

Pois quero eu! De agora em diante mandam todos igualmente. E para o futuro, seremos iguais perante a lei.

ANASTÁCIO

Nunca, Sra. Inês, nunca!

RAFAEL

Nunca, repito. O direito de voto não há de vir.

ESMERALDA

Olá, Sr. meu marido, então, o Sr. também?

RAFAEL

Não... Sim... Mas isso é uma invasão de atribuições...

DOUTOR

Perdão, eu creio que se trata do voto feminino. É uma coisa perfeitamente justa!

ANASTÁCIO

Justa! Isso diz o Sr. E sabe porque o diz? É porque não é casado.

RAFAEL

Descansem! O direito de voto à mulher não veio, nem virá.

ESMERALDA

Lá isso, não. A consulta está em mãos do ministro; hoje ou amanhã será introduzida na lei.

DOUTOR

Sem dúvida alguma. É uma das mais belas conquistas deste fim de século; a reparação de uma injustiça secular, dos tempos bárbaros.

INÊS E ESMERALDA

Muito bem, doutor, muito bem.

RAFAEL

É o ridículo sobre os homens!

DOUTOR

Mas senhores, sejamos todos cordatos. O direito de voto às mulheres é de toda a justiça.

ANASTÁCIO

Não é só o direito de voto que elas querem, é o direito de votar e ser votadas. É o reinado das saias.

DOUTOR

Não há tal. Será antes o reinado das competências. De agora em diante não veremos mais na sociedade a impostura de serem as mu-

Iheres quem fazem as coisas e os homens quem recebem as honras...
como por aí se dá...

ANASTÁCIO

(*Baixo a Rafael*) Isto agora é com o senhor.

RAFAEL

(*O mesmo*) Comigo, não. É com o senhor.

DOUTOR

Se a mulher tem aptidão para adquirir títulos científicos, porque não há de ter para os cargos públicos?

INÊS

Apoiado, e aqui está a Esmeralda para prova.

DOUTOR

Se pode exercer cargos públicos, porque não há de poder desempenhar o mandato ?

ANASTÁCIO

Mas, nesse caso, teremos também de ser governados por elas.

RAFAEL

Virão ocupar nossos lugares.

DOUTOR

Quando provarem competências para eles, por que não?

ANASTÁCIO

Seria horroroso! Isso não! A destruição do homem o predomínio nefasto da fragilidade feminina! Fugas!

INÊS

Seria a mais bela das conquistas humanas, porque nós não somos senão iguais aos homens, apenas tendo diferenças sexuais e virtudes para melhor.

ANASTÁCIO

Cala-te! Cala-te! E que farão os homens?

INÊS

O que puderem e souberem fazer.

ESMERALDA

É compensação das iniquidades de tantos séculos!

DOUTOR

Demais, nem todas as mulheres irão ocupar cargos importantes, assim como nem todos os homens hoje os ocupam.

ANASTÁCIO

E o escândalo?

ESMERALDA

A moralidade existe por si.

INÊS

Sr. Anastácio, fique certo de que o domínio das calças está para acabar.

ANASTÁCIO

Nunca! Ora figas!

RAFAEL

Sra. minha sogra, cuidado com os homens!

ANASTÁCIO

Pois fiquem certas do que não há de levarem a melhor. (*Sai*)

Cena 15

OS MESMOS, MENOS ANASTÁCIO

DOUTOR

Tenho certeza de que a mulher será emancipada, e com o direito que lhe cabe à elegibilidade, far-se-á representar no parlamento, já nesta sessão.

RAFAEL

Meu colega, olhe que isto é muito.

ESMERALDA

Rafael, lembra-te que és meu marido.

INÊS

Sem dúvida, o Sr. Rafael deve ser razoável.

DOUTOR

Há de ser ainda. Ainda hei de vê-lo cabalando pela candidatura da sra. D. Esmeralda.

INÊS

O que me dá cuidado é o Anastácio. Que iria aquele homem fazer agora à rua?

RAFAEL

(*Com malícia*) Naturalmente foi ao ministro.

INÊS E ESMERALDA

Ao ministro?

DOUTOR

Não há de ser nada. Não conseguirá coisa alguma.

Cena 16

Os MESMOS E ANASTÁCIO

ANASTÁCIO

(*Fora*) Meu genro! Meu genro! (*Entra, esbaforido, com um jornal na mão*).

INÊS E ESMERALDA

Céus! Que foi?

ANASTÁCIO

(*Mostrando o jornal*) Está aqui! Aqui!

Cena 17

OS MESMOS, JOAQUINA, DEPOIS ANTÔNIO

INÊS

O decreto?

ANASTÁCIO

Qual decreto, qual nada! Não votam!

TODOS

Ah!

JOAQUINA

(Aparte). Lá se foi meu emprego.

ANASTÁCIO

O ministro despachou a consulta que lhe foi submetida, nestes termos: *(lê)* O governo, resolvendo a questão apresentada, não considera nem oportuna, nem conveniente, qualquer *(aparece Antônio)* inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres *sui juris* ao alistamento e ao exercício da função eleitoral.

ANTÔNIO

A-q-u-i! Menéres!

RAFAEL

Bravo! Muito bem!

ANASTÁCIO

Já vi que não votam, minhas senhoras.

INÊS

Horror!

ANTÔNIO

Então Joaquina, ainda pensas em ser ministra?

JOAQUINA

Só se for do teu coração!

ANTÔNIO

Visto que não terás o tal emprego, nem o carrinho, nem os soldadosa cavalo atrás, eu peço a tua mão.

JOAQUINA

Aqui a tens!

DOUTOR

Ainda não me dou por vencido.

ANTÔNIO

O patrão se me der licença, sem sempre disse uma coisa...

DOUTOR

Diga.

ANTÔNIO

A mulher não foi feita da costela do homem?

DOUTOR

Foi.

ANTÔNIO

A costela é o emblema do descanso. Portanto, a mulher não foi feita para a calaçaria das ruas.

ESMERALDA

Para que foi então?

ANTÔNIO

Para os arranjos de casa... e etc. e tal.

ANASTÁCIO

Ele tem razão. O verdadeiro lugar da mulher é no centro da família.

INÊS

Não se entusiasmem tanto. Ainda temos um recurso. Aguardemos a Constituinte!

Ensemble

ESMERALDA

A querida vitória há de, creio,
Dar-nos ganho de causa por fim.

RAFAEL

Isso não, que eu não marcho no meio!

INÊS

Ah! Respiga! Pois, sim! Oh! Pois, sim!

ESMERALDA

Venceremos, ou não? Doutor, diga!

DOUTOR

Por que não?! A vitória é fatal!

ANASTÁCIO

Ora figa! Ora figa! Ora figa!

Esta gente está doida, afinal!

AS MULHERES

Pois veremos, senhores, veremos,

Vencerá a razão, vencerá!

Justo é pois que por isso esperemos

Confiantes daqui até lá!

OS HOMENS

Ora qual! Ora qual! Não tememos!

Ficará tudo assim como está!

E seguros do caso esperemos

Confiantes daqui até lá!

Fim

SEGUNDA PARTE



EMANCIPAÇÃO DA MULHER



EMANCIPAÇÃO DA MULHER

I

Instada por algumas amigas a fim de fazer umas conferências sobre a Educação da Mulher, fiz-lhes notar que a palavra em meus lábios era pálida, não tinha as cintilações do verbo de Staël, nem o colorido suave e puro do estilo de Sévigné, nem a enérgica expressão da palavra de Louize Michel, e que portanto faria uso da imprensa, veículo mais seguro para a transmissão do pensamento destinado a gravar-se nos espíritos.

Eu represento simplesmente uma convicção de um esforço, nada mais. Efetivamente sinto a necessidade desta tarefa, gloriosa talvez, mas de certo muito superior ao que posso. Embora, a ela submeto-me resignadamente.

As novas doutrinas impõem-se acima de tudo pela força misteriosa da imprensa. A imprensa que fulmina o erro, também desperta as consciências adormecidas. Porque ela é como o raio que fende a rocha e perfura o chão. E há efetivamente um grande erro a fulminar.

A consciência universal dorme sobre uma grande iniquidade secular, a escravidão da mulher.

Ate hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores, pois que somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiais, como eles pela mesma razão as têm. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos

competir com os homens, no governo da família, como na direção do estado.

Somos vítimas de um erro, se outra coisa menos decente não é que nos traça um plano inferior nos destinos das nações.

As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios: o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o princípio da ordem é a mulher. Assim pensando, até me parece que compete-nos de preferência a direção das sociedades. Porque o homem é e sempre foi a negação da ordem, sem a qual não há sociedade possível. E em abono desta opinião eu vos trarei um exemplo muito vulgar, o governo de uma casa. É raro um homem que sabe dirigi-la. Pois bem, ele que não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas, como poderá governar um estado que se compõe de muitas centenas de casas? Entretanto não é nosso domínio dos povos e das nações.

Isso nunca!

Eu sei que isto não deve ser dito assim, com tanta franqueza; ainda estamos longe, muito longe de pretendermos esses direitos, que os homens consideram exclusivamente seus. Oh! Muito longe!

E aqui no Brasil, principalmente, as coisas ínfimas até espantam, dão origem a comentários desarrazoados, e, o que é pior, afetam um caráter de dolorosa crueldade.

De crueldade, disse, e com razão. Haveis de ter visto que sempre que se cria para a mulher uma posição nova, abrindo diante de suas necessidades uma fonte de conforto – uma ocupação remunerada, onde ela possa exercitar a sua atividade, ganhando, à luz do dia, pelo trabalho, o pão que teria de obter na escuridão hipócrita do vício, dentro de casa; quando isso se dá, o ato da pessoa que teve a iniciativa do bem é ridicularizado e todos murmuram das primeiras raparigas que procuram utilizar-se do benefício que vem poupá-las dos perigos em que a miséria assedia a honestidade de cada uma. Nem isso parece um erro, parece uma perseguição!

Em face destes exemplos, devemos confessar com toda a franqueza, que há nas sociedades uma escravidão mais bárbara do que todas as escravidões que a história nos aponta – é a nossa escravidão.

Pior do que todas, até mesmo porque não há nem nunca houve para nós um termo de reabilitação, ainda que para isso concorra a exceção fenomenal do talento. Estranho capricho dos homens!

Tarquínio, o escravo etrusco, subiu as cumeadas do poder da Roma cívica. Para a mulher não há merecimento que a reabilite nas sociedades! Nenhuma subiu ainda pelo seu merecimento, e é triste dizê-lo! até hoje, as que se têm tornado engrandecidas têm pago com o tributo da desonra as efêmeras glórias deste mundo.

Semiramis, a grande rainha da Babilônia, que edificou maravilhas no ar, como os sonhadores edificam no pensamento, subiu ao trono, não pelos altos dotes de espírito que possuía, mas traindo os laços conjugais que a prendiam a um oficial do Exército, fazendo-se amante e esposa do rei.

Nos tempos modernos, nós vemos a Sra. Roland, dirigindo pelos seus extraordinários talentos de estadista consumada toda aquela plêiade de Girondinos de que Verigniau era órgão na assembleia da republica francesa, administrando ao mesmo tempo uma das pastas de que seu esposo era portador; sendo a alma de uma nação revolucionada em dado momento daquele longo período de agitação e de lutas sem tréguas.

A Sra. Roland não teve um grau, uma distinção qualquer entre os seus concidadãos como pessoa política, ela que era um gênio, porque... (monstruoso absurdo!)... porque era uma mulher! Ela que era tudo perante a verdade dos fatos e a consciência da história, entretanto nada perante seus concidadãos.

A história dos povos de todos os tempos está cheia destas injustiças; e as leis e pragmáticas sociais repletas destas ingratidões para conosco. Tudo isso devemos ao egoísmo do homem, à estulta apreensão de que fora deste estado ínfimo não há salvação possível para nós e para eles. Estará tudo irremediavelmente perdido. Porque os homens pensam que nós seremos menos escravas de nossos conscienciosos deveres, do que da tresloucada e tirânica preponderância que exercem sobre os nossos legítimos direitos.

Pensam que seremos melhores na qualidade detestável de coisas do que na acepção justa e lógica de pessoas piores sendo companhei-

ras do que sendo escravas! É enfim um prejuízo secular que não pôde ainda ser vencido pela razão, pelo sentimento de igualdade, que é o apanágio das civilizações modernas.

Eu não pretendo, qual Joana d'Arc, de uma cruzada santa, conduzir exércitos à vitória, desfaldando o estandarte aurifulgente da legítima e sagrada emancipação da mulher –, porque não tenho força nem talento para tanto; mas não deixarei jamais de pensar assim e dizer francamente aquilo que penso. Não interceptemos os raios do sol com a transparência de uma cambraia.

A mulher deve ser livre e equilibrada com suas funções como o homem na sociedade. Tenhamos este princípio por base, que só ele é verdadeiro. Entre nós fala-se muito na educação da mulher, mas tudo sem discernimento. Referem-se a uma espécie de polimento de espada que não se destina a ferir, se não a brilhar ingloriamente. E em que consiste essa tão decantada educação? No seguinte: saber mal o português, a aritmética, o francês, o canto e o desenho, e muito mal arrumar a casa.

É o grande ideal! Porque, aqui para nós, parece que nem tudo isso sabemos. O caso é que a tal decantada educação não nos adianta ideia. Se nós não temos um ideal mais nobre, se não temos emulação que nos edifique, aquela que consegue romper este acanhado círculo de ferro em que agimos, e pelo estudo e sabedoria chega ao conhecimento das coisas, essa só consegue uma coisa: envolver-se em uma atmosfera de descrença e de tédio, em um meio em que a sua individualidade, que começa a compreender-se, não tem objetivo digno de si.

Algumas pessoas concordam em que a mulher deve ser educada para ser boa mãe de família. É justo. Mas além desse mister o que faremos de uma educação sólida, que possa ter desenvolvimento nestas ou naquelas aptidões especiais aproveitáveis à sociedade, isto quando não tenhamos filhos a educar?

Nós não somos mães todos os dias e às vezes não o somos nunca.

Há nestas múltiplas questões que se prendem ao magno problema da educação da mulher assunto de uma natureza particular e de uma dificuldade transcendente.

É preciso estudar muito, banhar o espírito na luz da ciência, mergulhar o pensamento na história, fazê-lo surgir no direito. Além disso é preciso ter fé e esperança no futuro, que há de amparar a causa santa da nossa emancipação, que é a nossa elevação moral. Mas é preciso desde já romper com o preconceito e com a estultice dos homens que nos têm avassalado aos seus caprichos, começando por estabelecer bem positivamente as bases dos nossos direitos.

Estou certa de que caminhareis comigo na senda desta árdua propaganda, incitadas também pelo exemplo das nossas amigas que na Franca e na Inglaterra desfraldaram aos ventos do porvir o estandarte das nossas liberdades.

A revolução que deu no mundo a igualdade do homem teve por teatro uma das mais gloriosas nações da vetusta Europa. Pode estar reservada à jovem América a imensa glória de ser o teatro da grande conquista da nossa igualdade. Luz e progresso é hoje uma legenda americana. Seja também nosso esse patrimônio bendito.

É esse entusiasmo que me arroja a esta propaganda, por amor deste Brasil, que me viu nascer e que eu desejo ver engrandecido ao apogeu de todas as glórias, e em cujo seio a mulher seja nobre, instruída e livre.

II

É uma fatalidade, que todos os propagandistas terão lamentado, que o preconceito social, o egoísmo e todos os sentimentos menos puros, tomem o lugar que à razão e à lógica competem, quando na discussão de alguns princípios se tenta estabelecer o predomínio de novas ideias. Com a *Educação da Mulher* dá-se exatamente essa fatalidade, em grau mais apurado, que com qualquer problema social.

A *Educação da Mulher*, na sua verdadeira acepção, sem vícios nem prejuízos, tem como consequência forçosa a nossa emancipação, isto é, a igualdade de direitos em relação às aptidões de cada uma de nós. Daí essa guerra desarrazoada, titânica, estoica, pode-se dizer, porque até vai de encontro aos seus próprios interesses, levantada a impulso

daqueles sentimentos maus, contra os legítimos direitos e os mais fortes interesses das sociedades.

Em princípio, todo indivíduo tem na completa acepção de sua atividade moral e material o único limite lógico de sua competência.

As organizações sociais, pelas suas exigências, é que restringem essa atividade, mas por modo que os direitos e deveres impostos a cada um revertam quanto for possível em benefício de todos.

Aí então imperam as leis da lógica, organizando os seus raciocínios com o material das ciências fisiológicas, para imporem as principais bases das agremiações sociais que evoluem pela senda da perfectibilidade possível.

Pensando assim, não pode ninguém deixar de concordar comigo que a *Educação da Mulher* deve tender a sua emancipação, e nós devemos pretender e obter nas sociedades um lugar que no é o que temos, de legítimas colaboradoras da elaboração do progresso dos povos, de sua prosperidade material e moral, pelo igual desempenho dos deveres, pela igual conquista dos direitos, segundo as aptidões de cada uma.

III

Se é condição essencial social a nobilitação da mulher, porque realmente que ainda não somos emancipadas?

Um grande pensador deste século escreveu a nosso respeito que – é uma lei de reciprocidade de eterna justiça, que o homem não possa humilhar a mulher sem cair em degradação, nem exaltá-la sem se tornar melhor.

As revoltas do espírito humano, que arrastaram consigo ideias mais justas sobre as nossas condições, tiveram mais influência no progresso social do que as que simplesmente exprimiam as exigências dos filósofos de todos os tempos.

Os povos asiáticos que viram nascer as primeiras civilizações, que se engrandeceram nas ciências e na guerra, que tiveram legisladores como Confúcio e guerreiros como Maomé, não chegaram nunca à conquista definitiva do mundo cristão, porque entre eles a

mulher nunca foi a digna companheira do homem, a ele igual, mãe e esposa.

Na Ásia, a condição da mulher é obscura como a origem dos seus mistérios, estaciona numa degradação dilacerante como essas civilizações, paralisadas, semelhantes a monumentos erguidos nas areias solitárias, e que se deterioram sob a ação implacável do tempo.

Como que são um legado de decadência os bárbaros costumes desses povos, que têm reduzido uma metade do gênero humano à mais vil condição! Mesmo na Grécia, que outrora foi grande, e que hoje não pode atestar ao mundo a lira das Corinas, nem o heroísmo das antigas espartanas.

Vejamos um quadro misérrimo em que a mulher e aviltada:

★★

Poucos meses há que os jornais publicaram o relatório de um médico inglês, que, por curiosidade, viajara pelo Oriente; chegando casualmente a um mercado de escravas, avistou umas vinte mulheres gregas, seminuas deitadas no chão, esperando comprador.

“Uma delas fixara a atenção de um velho turco; o bárbaro apalpou-lhe as espáduas, os braços, as orelhas, examinou-lhe a boca e o pescoço com minucioso cuidado, como quem examina um cavalo, e, durante a inspeção, o mercador gabava-lhe a beleza dos olhos, a elegância da estatura e outras que tais perfeições; jurava que a pobre moça não tinha mais de treze anos, que era donzela, que de noite não sonhava nem ressonava.

“Em breve, pois, de severo exame e de alguma contestação acerca do preço, a grega foi vendida em corpo e alma por 1.375 francos; a alma pouco pesou, é verdade, na balança de um e de outro.

“A mesquinha, quase sem sentidos, nos braços de sua mãe (porque esse pacto infernal era concluído à vista da própria mãe) implorava, com vozes que rasgavam a alma, o socorro de suas companheiras, como ela arrebatadas às agradáveis regiões da Grécia; mas nesta bárbara terra todos os corações são de bronze, porque a lei faz o homem insensível aos males que consente.

“O negócio estava concluído e a moça foi entregue.

“Assim se desvaneceu para ela, como para todas as mulheres, nesta parte do mundo, esse encantador enlevo de felicidade e amor que lhes prepara a natureza.

“Atentado execrando! Crime de lesa humanidade! Quem poderá de futuro Acreditá-lo?!”

Esta horrível cena passava-se na Europa, em 1829, a seiscentas léguas de Paris e de Londres, as duas capitais do gênero humano; e, a estas horas em que escrevemos, é a história viva dos dois terços dos habitantes do globo!

★★

Após a triste revelação de tão monstruoso episódio deve-se lamentar a mulher que é reduzida a coisa tão vil, ela que tem de ser mãe, uma coisa tão santa; mas deve-se também lastimar o orgulho dos homens, que se amesquinham, porque amesquinham aquelas que lhes dão o ser.

★★

A precária condição social da mulher nas sociedades asiáticas não podia permanecer senão amesquinhando a civilização de um continente inteiro.

Ali, onde a humanidade teve o berço, o espetáculo, que fere a vista e faz doer na alma é o da decadência e da inércia.

Na Europa, com os bárbaros que a devastaram, povoando-a, teve a mulher importância, e ao seu benéfico influxo cresceram as sociedades.

Com o feudalismo foi nobilitada a mulher, por honra de quem os paladinos praticavam verdadeiros heroísmos.

Faltavam-lhe, como ainda hoje nos faltam, prerrogativas civis que a igualassem em direitos ao homem; contudo, longe estava das condições deprimentes da escravidão asiática.

Nos tempos modernos é que temos conseguido prerrogativas que a civilização permite e que os homens deviam ampliar em pró-

prio interesse, porque é uma condição do progresso humano a nobilitação da mulher.

O que e verdade é que à medida que a mulher se eleva, as sociedades progredem; e no século XIX, que é o século das grandes ideias tem tido a ventura de ver discutidas à luz dos princípios as bases de nossos direitos sociais.

Seja a mulher igual ao homem e a sociedade será perfeita.

IV

São tais os prejuízos, de que somos vítimas, que no fim do século XIX, século das luzes e do progresso, nos conservamos estacionárias, sem avaliarmos de que imponente poder somos dotadas, para influir no desenvolvimento moral e intelectual de nossa sociedade.

Quereis conhecer a situação política e moral de um povo? diz Aimé Martin: perguntai que lugar nele ocupam as mulheres.

Libertando-se a mulher da horrível escravidão em que tem vivido ate hoje, será um forte alicerce da sociedade e da família; continuando escrava, continuará a ser sempre um fardo pesando sobre aqueles que a tenham manietado aos preconceitos da velha rotina.

Ouçamos Aimé Martin:

“Ninguém deixa de concordar na realidade do poder; mas alguém objeta que esse poder só se exerce na família, como se a nação fosse alguma coisa mais do que uma associação de famílias! Pois não vedes vós que os homens apresentam em público as ideias do que se ocupam, ao canto do lar, com as suas mulheres? É acolá que realizam pela força o que lhes foi inspirado pelas carícias, ou insinuado pela submissão: quereis limitar as mulheres ao governo material de sua casa, apenas as instruíis para isto, e não vos lembrais de que é da casa de cada cidadão que saem os erros e os prejuízos que governam o mundo.”

A educação da mulher deve ser completa, sólida, para que ela possa preencher dignamente todas as funções que lhe competem.

Não temos a pretensão de alcançar para o nosso sexo aquela emancipação completa que a razão calma e refletida nos promete, sem termos de conquistar palmo a palmo o terreno dos nossos direitos, tomado ingloriamente pelo egoísmo do homem à fraqueza da mulher inerme.

Não. Assim como as conquistas filosóficas do direito e da igualdade do homem atravessaram séculos de luta, a liberdade da consciência sacrificou muitas vítimas; a conquista de nossa elevação moral nas sociedades modernas está destinada a fazer do mundo civilizado o teatro dessa outra revolução fecunda, que há de dar à mulher o seu lugar ao lado do homem.

O que nós temos feito para aviltar as mulheres, diz Aimé Martin, e o que elas têm feito para nos civilizar, oferece o espetáculo mais moral e mais dramático da nossa história. Houve tempo em que a sua beleza lutava só contra a barbaridade: encerradas como prisioneiras, elas civilizam os guerreiros, que desprezam a sua fraqueza, que adoram porém os seus encantos; acusadas de ignorância por aqueles que as privam da instrução, aviltadas pelos prejuízos e deificadas pelo amor, fracas, tímidas, só vendo em torno de si soldados e armas, elas seguem as paixões dos seus tiranos, mas seguindo-os, os modificam; ei-las dirigindo pois os combatentes em defesa do fraco.

Antigamente era um crime a mulher saber ler, e para prova disso, ouçamos o sábio mestre:

“Nossos avós confundiram muito tempo a ignorância com a inocência! E daí vieram todos os seus males; queriam as mulheres estúpidas no interesse dos maridos, e os povos ignorantes no interesse do poder.

“As mulheres, assim assimiladas ao povo, não receberam como este espécie alguma de instrução; tudo foi contra elas, a ciência, a legislação e a teologia – a teologia, que era tomada pela religião e que só lhe mostrava a virtude debaixo dos vergões das disciplinas e das austeridades da penitência. Eis como os nossos avós entendiam a pureza e a virtude de suas mulheres: era privando-as da alma, entregando-as a essas práticas sem moral, que eles esperavam conservá-las puras e sem manchas.”

Em Sparta, as mulheres formavam heróis porque eram cidadãs.

Negam às mulheres as liberdades e prerrogativas de que gozam os homens. Por quê? Dizem uns que o homem tem o direito de governar e a mulher a obrigação de obedecer; se é assim é uma tirania e um despotismo que precisam acabar.

É necessário demonstrarmos que não somos essas estúpidas, essas fragilíssimas criaturas que se deixam facilmente iludir, deixando-se escravizar. A mulher de hoje também pensa, também estuda, sabendo conhecer o que é bom e o que é mau para a família.

Ela também quer o progresso, também quer o engrandecimento da humanidade pela realização das ideias modernas.

V

O Brasil, organizado sob o influxo de constituições liberais, e cercado de todos os elementos naturais para o tornarem uma verdadeira nação, atravessa neste momento uma das fases mais importantes do seu desenvolvimento.

Porém, a base principal do verdadeiro progresso é a educação, e só se poderá realizar esse enorme passo de tão sublime revolução com a educação da mulher. Quereis ver o Brasil em pouco tempo colocar-se ao lado das nações mais civilizadas do mundo? Educai a mulher. Quereis viver uma vida de prazer e de encantos? Educai a mulher e vereis a vossa casa transformada num verdadeiro éden.

Quereis rebaixar a mulher, diz Monsenhor Landriot, convertendo-a num simples instrumento de casa, condenando-a à vigilância da sua cozinha?

Isto não é esquecer o que a mulher pode ter de grande, de nobre na inteligência e no coração? Não é calcar aos pés todos os gérmenes intelectuais que se acham no espírito das mulheres e que, afinal de contas, embora diferentes, nem por isso deviam valer tanto como aqueles de que os homens se vangloriam?

É de urgente necessidade o educar-se a mulher a fim de que ela possa compenetrar-se da sua missão como filha, mãe e esposa.

Ouçamos a voz autorizada do venerando padre Fleury:

Quem disser que as mulheres não têm capacidade para todos os estudos, revela que julga sua alma diversa da do homem, e como se elas não tivessem uma razão a dirigir, uma vontade a reger e paixões a combater, ou se lhes fosse mais fácil, do que os homens, satisfazer todos esses deveres sem nenhuma instrução.

É necessário que se nos aplique uma educação sólida e variada, a fim de podermos com a força de vontade de que somos dotadas, concorrer com o nosso contingente para o engrandecimento da pátria e, por consequência, da família.

Aimé Martin diz:

“Mesmo nos focos da civilização, as mulheres são porventura o que devem ser? A sua educação não testemunha até hoje a nossa ingratidão e o nosso descuido?”

Vejamos o modo por que somos educadas e veremos com tristeza quão deficiente é a instrução que nos ministram.

Ensinam a considerar a beleza como um dos principais ornamentos da vida, e assim adormecem-nos a razão com mil fatuidades, com mil defeitos!

A mulher de hoje deve considerar como objeto de primeira necessidade a leitura; deve procurar entreter o seu espírito em Aimé Martin, Monsenhor Landriot, Fenélon; só assim o seu espírito se esclarecerá, e então conhecerá a verdade e se tornará uma boa mãe de família.

A missão que tomei sobre meus ombros é mais que árdua, é espinhosa. Muitas senhoras tenho encontrado que me dizem ser o jornal de modas o verdadeiro jornal da família!

Nessas ocasiões (confesso) tenho vergonha de ser mulher!

Não enfraquecerei contudo, e irei demonstrando sempre à luz da ciência que a mulher ignorante não pode ser feliz, não deve existir!

Diz Monsenhor Landriot:

“Ditosa a mulher que conserva ainda algumas nobres ideias no meio da invasão das coisas materiais, e cujo coração permanece elevado sobre as plagas monótonas e baixas da vida!”

Prossigamos! A missão é sublime!

VI

Há muita gente que fala de educação da mulher sem o preciso critério, sem mesmo medir qual o alcance de uma proposição tão importante.

Essa educação resume-se nisto: preparar a mulher para ornamento de sala, ensinar-lhe superficialmente duas ou três ciências, desenvolver-lhe o gosto pelas modas e pelo luxo, e depois a escravidão dourada de todos os tempos.

Os conhecimentos positivos, a educação sólida e desenvolvida que unicamente convém, é que não passam pelo espírito da maior parte dos pensadores. De modo que a tal decantada educação, que devera ter por fim fortificar-nos para a vida positiva das sociedades modernas, em vez de melhorar não fez senão desviar a mulher de seu destino, de suas aptidões.

É deveras contristador o sistema por que é feita a tal decantada educação.

Entre os escritores contemporâneos pode-se dizer que só um, o Sr. Dumas Filho, tem escrito alguma coisa, mas isso mesmo detestavelmente. Os seus livros, notáveis pelo talento e erudição de grande dramaturgo, ressentem-se da falta de seriedade de um pensador equilibrado.

Alimentam-se de paradoxos, originam-se da dúvida; as opiniões não têm a firmeza de um argumento, aparecem ao acaso, tomadas de um fato isolado, e analisado à luz de um critério falso.

A mulher nesses livros é um monstro, ao mesmo tempo que é uma pomba; é um demônio ao mesmo tempo que é um anjo; mas tudo isso é da natureza, a fantástica natureza dos fenômenos, seguramente aquela mesma que dá tipos extraordinariamente esquisitos às suas produções teatrais.

Este grande escritor, que com a sua poderosa pena tanto poderia ter feito pela nossa emancipação, tem sido um verdadeiro algoz das pessoas do meu sexo.

Felizmente, lá mesmo na França, encontra o Sr. Dumas Filho senhoras cujo espírito e merecimento não estão dentro da maravilhosa fantasia de um escritor de grande talento.

Descura-se completamente a nossa educação, como ela deve ser, preparando-nos para todos os misteres da vida, como dignas e leais companheiras do homem, tão capazes de desempenhar altas funções do estado, como as secundárias obrigações que lhe competem na família.

VII

As senhoras brasileiras geralmente entendem que a educação da mulher não deve ir além de saber o francês, piano e trabalhos de agulha, considerando a vaidade e ostentação como ornamento social.

Demonstrar a falsidade desses errôneos princípios é o que convém: é essa a nossa tarefa, apoiando as nossas asserções com opiniões de notáveis escritores, principalmente de Aimé Martin, que é uma fonte de reflexão sobre a educação da mulher.

Quero a mulher brasileira instruída, mas sob certo ponto de vista diverso do que se tem seguido até o presente.

Devemos compreender que a nossa missão é por demais importante para não nos deixarmos mover por pequenas fatuidades, fatuidades estas que produzem o entorpecimento da alma.

Não é tocando piano que havemos de educar nossos filhos.

Não é ostentando ricos vestidos que havemos de guiá-los nesta escabrosa estrada da vida.

E de que servem as amas? Perguntarão as mulheres sem consciência. Aquela que entrega a outras aquilo que deveria merecer-lhe toda a ternura, todo o seu desvanecimento, não é uma verdadeira mãe?

Qual é a ama que pode substituir a uma mãe?

Mãe! Palavra que só pronunciando sentimos um prazer infindo.

Mãe! Nome doce e suave que penetra até o fundo do nosso coração.

Mãe! Quem considerar bem o sentido dessa palavra julgará de suma utilidade a educação da mulher.

Diz Aimé Martin:

“A mulher deixa a casa paterna: é esposa e mãe, a sua solicitude não lhe deixa mais repouso: ei-la lendo e relendo Fenélon, Jacques Rousseau, Mme. de Beaumont, de Gestin, de Remussat, e procurando por toda a parte instrução e conselhos para o tratamento do seu filho, um intuito secreto lhe revela que para se tornar digna de educar seus filhos deve recomeçar a sua educação.”

E por que não vai ela já preparada, pergunto eu?

Pelo descuido que até hoje tem havido num ponto tão importante e tão útil à sociedade como é a sua educação.

É uma vergonha o termos de confessar que a maior parte das mulheres brasileiras nem sabem ler!

Mais adiante diz o mesmo escritor:

“A primeira coisa que deve lembrar-lhe é que se ocupe mais do que deve ensinar a seus filhos e mais ainda do que deve inspirar-lhe; muitos outros o farão sábio, mas só ela (a mãe) o pode tornar virtuoso. Boa mãe: lança mão da alma para dirigires um dia a inteligência.

Eis o ponto principal ou, para melhor dizer, o resumo da educação das mães de família; trata-se com efeito de fazer sair as mulheres do círculo acanhado em que a sociedade as encerra, e de estender os seus conhecimentos a todos os objetos que nos pode tornar melhores e mais felizes.”

Por que razão a mulher brasileira não se dedica aos estudos?

Por falta de inteligência, de compreensão, não! Porque se há povo que se possa chamar inteligente é certamente o brasileiro.

O brasileiro é por natureza inteligente tanto quanto é também indolente.

Não me pode querer mal por essas verdades, sou brasileira e orgulho-me quando vejo uma patrícia minha laureada pelo seu talento e merecimento.

Assim é que, sem conhecer pessoalmente, respeito os nomes de Analia Franco, Zalina Rolin, Revocata de Mello, Julia Lopes, Emiliana de Moraes, Maria Lucia Romariz, Carolina Von Koseritz e outras, tantos talentos femininos que de vez em quando brilham em suas publicações.

O meu desejo é unicamente incitar as minhas patrícias para o estudo; se conseguir isso será para mim uma glória; se pelo contrário me encontrar só na escabrosa estrada do jornalismo e vir que as minhas palavras não produzem efeito, será mais uma desilusão para juntar às muitas que tenho tido.

É para mim essa missão um pouco árdua.

Os meus conhecimentos literários, quero crer que não são suficientes para a propaganda que ora faço.

Mas as minhas asserções são baseadas nas luzes dos mestres, que irei sempre citando.

Há poucos dias, diz Aimé Martin, uma moça garrida e volúvel, absorvida por seus momentos na dor, que lhe causara a morte de seu esposo, dizia-me: - Por favor, senhor, aponte-me alguns bons livros, que tratem da imortalidade da alma; não porque eu duvide disso, mas porque desde que ele perdeu a vida, desde que me faltou preciso da mais profunda convicção dessa ideia.

Depois acrescentou ela com um suspiro profundo e murmurou tristemente: - “Muito felizes são os homens por se poderem dedicar a tais estudos, que tanto custam; e como se tivesse feito um esforço para se vencer a sua timidez: O senhor compreende-me, acrescentou, perdendo um pouco a sua extrema palidez, é o que se chama se não me engano - filosofar.”

VIII

“As mulheres é que dão ser às gerações, eduquemo-las e nós seremos melhores.”

AIMÉ MARTIN.

Essa profunda verdade proferida por um sábio filósofo, era já nos tempos heroicos da Grécia tão conhecida, que uma rival das Espartanas dizia à esposa de Leônidas: “Só as Espartanas sabem educar homens.”

Efetivamente, o homem não passa de um produto da carne e do espírito da mulher, o seu reflexo na alma e no corpo, e só a mulher sadia e instruída pode dar vida e educar o bom cidadão.

Assim, a educação feminina é um problema de incontestável alcance para a felicidade das sociedades em geral.

Como que pode-se considerar esse fato consumado na ordem dos fatores de todas as civilizações.

Ao grau de progresso intelectual das mulheres em uma sociedade corresponde o de que dão testemunho os maiores vultos da humanidade agrupados no panteão da história.

E nós sabemos pela lição da história que a Grécia produziu tantas mulheres célebres pelas artes e pelas letras, que para cada um daqueles admiráveis atletas da civilização helênica podemos apresentar uma mulher que lhe corresponda. Exemplo: – Pindaro e Corina, Pericles e Aspasia.

Com o correr dos tempos encontraremos sempre o vulto da mulher instruída concorrendo com o seu contingente de luzes para a civilização, concentrando em si um princípio de energia e elevação moral, capaz de enveredar pelos mais difíceis tentâmens, arcan-do com todos os preconceitos de seus contemporâneos, vencendo todas as forças contrárias, superando todos os obstáculos, firmando a sua individualidade e até oferecendo ao homem (a consciência e a timidez) o exemplo da ousadia aliada ao saber: – Hipátia, no Egito.

Se a instrução da mulher pode por vezes afastá-la do dar para as agitações sociais em que a solicitam o seu caráter e as suas aptidões, a humanidade prende-a em laço mais estreito, em que as contingências da ocasião falam mais forte do que a simples noção da natureza implacavelmente bruta, que nivela a mulher ao macaco, em cujo grêmio também a função da maternidade compõe esse poema admirável de dedicação e do amor até ao sacrifício, pelo qual os homens nos escravizam divinizando.

Porque é que nas modernas sociedades, ditas civilizadas, negam-nos os homens a liberdade de procurar para nós o aperfeiçoamento a obra adaptável da natureza providencial? Porque somos nós mães. Pois bem, os homens são pais. E, entretanto, nem por essa função corre-

lativa eles se julgam no dever de ficar ao lado da mulher, de braços abertos para seus filhos na doce insensatez da ignorância primitiva, sob a influência das mutações astronômicas, quase selvagem, pedindo calor ao sol, água às tempestades e saudando em hosanas guturais e toscas a natureza – que é Deus!

Não! O homem, que é expressão do egoísmo na sua concentração mais forte, fez um dia da amorosa docilidade da mulher a vulnerabilidade do direito de igualdade que tudo a natureza estava indicando entre os dois seres que se completam na ordem da criação.

Desde então, ele – o semelhante superior, o homem fez-se um semideus, e tornando aquela, que é fonte inesgotável de seus prazeres e venturas, disse: – Tem-te escrava, dos meus caprichos, tu me pertences, mas não és digna de mim.

Ser inferior é o que desde então ficou endo a mulher.

IX

A educação das mulheres no Brasil é um problema de magno alcance para o futuro pátrio. É sem dúvida o segredo inexplorado de todas as grandezas a que havemos de atingir, quando o velho e estólido preconceito de nossos maiores tiver de todo desaparecido de nossos costumes.

Como bem expende um ilustre escritor:

“...enquanto a educação da mulher brasileira for o que até hoje tem sido, continuaremos a ser o que de há muito somos, um país de indolentes e de preguiçosos, um país de hepáticos e de nevropatas, na valente frase de José do Patrocínio.

Certo, nada é mais triste do que fazer pelo pensamento a autopsia desta sociedade nova, em que a mocidade mirrada e frágil semelha uma planta que brotasse de solo cansado, à míngua de luz e de calor. Mas ao pé desse fenômeno cruel, o que vemos? A precária condição social da mulher, sem educação e sem estímulo, não tendo outro ideal além do que poderia servir a uma filha da Turquia.

É no próprio interesse dos homens que está a vantagem do desenvolvimento intelectual das mulheres.

É crassa a cegueira do que não vê que a ignorância é um mal, que a educação é um bem, e que tudo que concorre para que sejamos boas igualmente concorre para que os homens sejam felizes.

Infelizmente, porém, são tais os prejuízos, de que somos vítimas, que até hoje, quase no fim do século das luzes, nós, as brasileiras, nos conservamos estacionárias e atrasadas, sem compreendermos de que maravilhoso poder somos dotadas, quanto poderíamos influir no desenvolvimento intelectual e moral da nossa sociedade.

Há nos brasileiros, em extremo supersticiosos, um prejuízo acérrimo, qual o de temerem a instrução por perigosa; é isso tradicional e se acha tão arraigado em todos os espíritos, que mesmo entre famílias bem colocadas, se faz sentir de um modo lastimoso.

Tem-se pela vantagem de conhecer o perigo, como se a virtude fosse inata!

Disso resulta que, como muito bem observa o Sr. Jorge Pinto:

“Qualquer de nossas donzelas ou mães de família, qualquer delas tem o coração cheio de bondade, é quase sempre formosa, traja-se com elegância e gosto, é polida e graciosa no trato, mas não passa disso, – atrativos exteriores, latão casquilhado de ouro – no fundo ela é de uma educação atrasadíssima, ela é de uma ignorância supina, em que tudo que diz respeito a estudos de literatura, de filosofia moral e religiosa, de higiene privada e doméstica, ela não sabe ser mulher e ser mãe, ela não sabe nada.”

Entretanto, essas mesmas é que hão de criar o homem para as lutas da vida, o homem que tem diante de si a amplitude de um mundo, com as suas maravilhas a explorar, é que têm em roda de si a multidão de seus iguais a amar e a distinguir.

Saindo desse meio acanhado e fútil, o que ele chegará a ser?

Tímido e caprichoso, o reflexo de todas as fraquezas que herdou no berço, e que adquiriu em sua educação.

Tempo é já de tratar-se de emendar o medonho erro de que todos temos sido vítimas, proporcionando-nos uma educação sólida, capaz de elevar-nos à altura de nossa missão na sociedade.

Não fazê-lo é condenarmo-nos todas a um estado de atraso e apatia, que se traduz em decadência precoce de um país ainda novo.

Assim o entende o Sr. Jorge Pinto:

“Por sua influência direta e íntima sobre os homens, quer como mães quer como esposas, as mulheres representam no progresso de um país um dos principais fatores. Como mães elas nos educam, formam o nosso caráter, a nossa índole, a imagem de que nós somos os refletores; como esposas, são elas que nos aconselham, que animam e aplaudem as nossas lutas e as nossas glórias, que se confraternizam enfim a nossa obra. Elas são a seiva que nos alimenta a nós, homens de letras, industriais, magistrados, estadistas, e enquanto a seiva for pouca e for ruim, havemos do viver para aí a mirrar-nos, a estiolar-nos.”

TERCEIRA PARTE



ASSUNTOS DIVERSOS



DECRETO INÍQUO E ABSURDO

I

É recente ainda no Brasil a propaganda em favor da educação da mulher.

Há 20 anos, nada seria mais extraordinário do que desejar uma moça instruir-se.

Pareceria um sonho a ideia de um doutor de saias.

O progresso, porém, que vence todos os obstáculos e corrige todos os absurdos, foi dominando a ignorância dos nossos costumes, até que se conseguiu que nós, as mulheres, pudéssemos frequentar aulas de estudos superiores, ser professoras, adquirir carta e fazer clínica.

Estávamos a ver se a estultice humana cedia um pouco dos seus foros em favor de direitos que devem ser sagrados nesta boa terra americana, quando, com o advento da república, entrou pelo governo a estúrdia e flagelada filosofia positivista do Sr. Benjamin Constant.

Desde então, a nossa causa ficou irremediavelmente ameaçada de aniquilamento.

O tal positivismo do Sr. Benjamin é o que faz da mulher um ente descerebrado, um animal sem desenvolvimento, um pobre camelo do deserto, destinado a servir ao homem eternamente, bestialmente, sem um estímulo de revolta, sem um sinal do enfado, resignado, sombrio e indiferente.

Na sua qualidade do mestre de uma escola, propagador de uma doutrina, servidor de uma moral, qualquer que ela seja, com exorcismos de consciência ou rasgos de paixão feroz, o Sr. Benjamin pode ter e espalhar a mais imoral das filosofias; como governo é que não.

Nesse posto difícil de assegurar à sociedade as garantias de seu bem estar, um ministro não pode afastar-se do dever de manter, pelo menos, todas as conquistas da civilização adquiridas, todos os foros de direitos consignados. A bagagem de todo o positivismo comteano, que lhe ande a saracotear no cérebro, não pode sair da aula, da cátedra, do livro, para os bancos do ministério, sob pena do usar mal da confiança de um povo, que pode pedir-lhe que tudo derroque, menos as conquistas modernas dos direitos da mulher na sociedade emancipada.

II

O decreto do ministro dos correios e instrução fechou às senhoras brasileiras as portas das academias, desses verdadeiros templos da ciência, em que a religião do progresso faz a crença do todos os espíritos ávidos do saber.

Esse fato equivale a condenar-nos à mais completa ignorância, a retrogradarmos muito além dos tempos históricos, pois que já na antiguidade as Hipátias floresciam no Egito, as Safos e os Corinas, na Grécia.

No Brasil, a mulher não tinha ainda, bastante desornada de preconceitos, de tolos assomos de receio, ou falso critério de moral, a sua preeminência intelectual, nem na consideração absoluta do fato natural em si, nem em relação com outros países mais adiantados e onde têm as pessoas do sexo feminino amplitude suficiente ou larga expansão intelectual.

Por uma veleidade, talvez, da monarquia aniquilada, foram admitidas à matrícula nas academias, onde entretanto poucas iam ilustrar o seu espírito. A civilização apoucada, outras quadras aguardava para que de todo se desenvolvesse, dando vasto campo à expansão de sua atividade intelectual.

E no entanto, com a estada do Sr. Benjamin Constant no governo, a coisa foi outra: nada nos tendo dado, tirou-nos tudo quanto tínhamos, em nome da moral positiva, da filosofia de Comte, o homem que não soube nem sequer constituir o seu lar.

Mas nem o positivismo – velha doutrina filosófica, que o com-tismo andou aproveitando nos resíduos de cada sábio de todos os tempos – nem essa filosofia, tão velha quanto terra a terra com as necessidades reais da criatura, poderia estabelecer semelhante lei: porque essa filosofia na sua índole tem como principal critério a expansão dos atos naturais, e a educação do espírito é um caso de tanta necessidade, como a sua manifestação em todos os fenômenos da vida social.

Falsa orientação dos princípios razoáveis de uma doutrina que se ramifica até com a política tem perturbado, em parte, os atos emanados do ministério.

O apostolado positivista, acérrimo, intolerante, impraticável e fútil, subiu às cumeadas do poder e se está desdobrando em dogmas insuportáveis, como esse de que deriva o decreto. Daí, o desacerto do ato que manda-nos fechar as portas das academias.

Mas por que razão não pode a mulher brasileira ilustrar-se no regime da república nem ganhar a necessária ascendência na vida pública? Será um monstro? Um ente só digno de servir bestializada ao homem que a tiraniza?

Esta última parece ter sido a hipótese em que o ministro Benjamin baseou a sua lei.

Mas isso é um absurdo, uma prepotência, um ato irrefletido ou somente digno de um governo da Turquia.

Triste contingência a da mulher neste país, a permanecer de pé e intacta a legislação reformada pelo tredo positivismo do governo!



Alguns jornais desta capital admiraram-se da violência de minha linguagem no primeiro artigo sobre este assunto. – Nada mais violento do que o ato do ministro que o provocou.

Outros julgaram, nas insinuações das suas notícias, um desrespeito, uma espécie de coragem doida o fato de atacar, sem respeito, a filosofia comtiana. Estes, não seriam capazes de reagir nem contra a mais absurda das doutrinas, desde que ela trouxesse a assinatura autoral de um medalhão ou de um matemático que saiu fora da sua esfera para dar leis ao mundo.

Não responderei a nenhum deles, nesse sentido, como não responderia a qualquer escolástico que viesse repetir-me a frase banida por Pascal.



O DIVÓRCIO

Uma das condições implícitas da lei sobre casamento civil é inquestionavelmente o divórcio. Os laços indissolúveis da igreja, que nascem do ato divino do consórcio de duas almas, desaparecem para dar lugar a um contrato bilateral de caráter dissolúvel – quer queira ou não o preconceito da sociedade, a que parece ter obedecido o legislador quando tratou da matéria.

Na sociedade moderna o divórcio é uma consequência fatal do ato legal, em virtude do qual dois entes de sexo diverso se ligam para a união conjugal até o dia em que, por mútuo acordo, as partes deixam de coexistir na plenitude de íntima solidariedade da família constituída.

Daí a deficiência da nossa lei recente sobre o casamento civil, que não pode conformar-se com a índole do casamento religioso nem acompanhá-lo em todas as suas consequências.

Um é o resultado da crença que é íntima e eterna; outro é apenas a correlação de interesses, ligados a uma circunstância de afetos transitórios ou não.

O divórcio na instituição civil é uma necessidade lógica. Desde que as partes contratantes moralmente se separam, a substância da união pela lei é um absurdo, e um absurdo insuportável, como uma sentença de iniquidade sobre uma consciência resgatada de culpa.

Rotos assim os íntimos laços conjugais por mútuo acordo, não deve a lei exercer mais ação tirânica sobre a liberdade dos cônjuges, que seriam de outro modo coagidos sem razão a uma ligação falsa e impossível.

Sobre o divórcio em tais casos o preconceito social tem estabelecido noção errônea, julgando-o injustamente o fermento da dissolução nos contratos.

O caso é que o divórcio traria consigo a correção de veleidades, que não existiriam senão à conta de uma indissolubilidade que substitua o amor pela lei, a moralidade pela convenção.

Muitos fatos não se reproduziriam na sociedade, se o divórcio não manietasse a ação da vontade, sujeitando a mulher ou a uma condição lamentável e crítica de abandono, ou à mais desoladora das escravidões!

O homem deixaria de ser o responsável pela desonra da mulher que ele não pode repudiar, porque a iníqua lei não o desobriga do contrato eterno; mas a mulher não sofreria também, com tanta frequência e resignação os assaltos à sua dignidade e ao seu amor próprio, se não fosse a mesma lei que a obriga a ser a eterna companheira do homem que desprezou o lar e esqueceu o amor da família.

Seria mais senhora do seu destino a mulher donzela que pudes-se repudiar o marido que os pais lhe impuseram sem consultar a sua afeição, do que aquela que muitas vezes para não desobedecer tem de sacrificar a existência inteira a um capricho da autoridade paterna, que despreza os votos de um coração de moça para só consultar o seu calculado egoísmo.

Providencial como lei, o divórcio será, em todo caso, sumamente benéfico como estímulo.

E quanto ao prejuízo social que nos faz ver o divórcio como uma lei condenável, basta olhar para os franceses que o consideram como um princípio de alta e provada moralidade.

Procurarei discutir este assunto quando no parlamento entrar em discussão o casamento civil.





CONSTITUIÇÃO E CONSTITUINTE

Está publicado o projeto de Constituição prometida ao povo brasileiro, como a Carta Magna da sua autonomia e da sua liberdade. O único consolo que nos resta, a nós, mulheres, de sua leitura, é que é um projeto e que, portanto, está ainda sujeito às emendas e alterações que julguem urgente os representantes da Constituinte.

Quanto aos nossos direitos, nada temos que nos seja favorável; e como a liberdade é também um direito, segue-se que, a prevalecer em sua inteireza essa carta projeto, não chegaremos a ser favorecidas quanto devíamos com o estabelecimento do novo regime governamental.

A liberdade individual só é uma verdade quando, entre todas as pessoas, os direitos sociais são perfeitamente iguais. Ora essa igualdade não coexiste com a tutela permanente do homem sobre a mulher, perante as leis vigentes, de nada valem as aptidões e os talentos das mulheres, porque estas não podem concorrer com os homens em todos os ramos da atividade cívica e social; portanto, nós não temos ainda, nem nos promete a lei projetada, essa esperada autonomia, que era de prever em uma quadra de renascimento para um povo moderno.

Mas se o projeto da Constituição assim concebido ataca tão rudemente a nossa melhor esperança, resta-nos apelar para a reunião da Constituinte, em que esse projeto terá definitiva aprovação.

A Constituinte deve trazer-nos o direito efetivo do voto para todos os efeitos. Queremos adquirir na comunhão geral, a partilha de bens sociais que os homens tem conservado egoisticamente para si;

e, aqueles que têm de vir ao Congresso exprimir a vontade soberana do povo, não poderão iludir mais a mais ardente das aspirações da mulher moderna.

Assim, temos o direito de esperar e supor que na reorganização da pátria brasileira a mulher seja considerada autônoma e igual ao homem.



O CASAMENTO CIVIL

Uma grande perturbação tem produzido, infelizmente, na parte menos adiantada da nossa sociedade, a recente lei do casamento civil, posta em execução em 24 de maio do ano que expirou. Compreende-se que em uma sociedade assim, como é a nossa, educada e regida ao influxo dos princípios de uma religião que era oficial, isto é, mantida pelo Estado e cujos atos eram garantidos por lei, a transformação porque passamos tenha vindo exercer efeitos perturbadores, que são para lamentar.

É necessário, entretanto, que sejam bem esclarecidos os pontos que a muita gente parecem obscuros e têm causado grandes males agora.

O casamento civil não exclui o religioso, nem este àquele, e ambos não são incompatíveis. A formalidade legal em nada pode trazer prejuízo fé católica como a qualquer outra religião.

Todos nós acreditamos nas bênçãos da igreja sobre a união de dois entes que se ligam perante Deus para a vida cristã dos filhos da nossa religião. Nos casos de impiedade de qualquer dos cônjuges, não há, entretanto, para o que transgride as leis sagradas da igreja uma pena temporal. A lei civil em tal caso é que, reconhecendo o casamento religioso, punia os que se tornavam passíveis de penas e mantinha uns tantos direitos que do ato religioso advinha aos cônjuges.

Separando um de outro casamento, não há para os que se casam e são religiosos senão uma formalidade a mais. Contraído o matrimônio pela igreja, resta reconhecê-lo perante a lei, e isto é, como disse, uma simples formalidade.

É certo que a irreligiosidade atual não permite que, para garantia dos que se casam, o casamento da igreja possa dispensar a formalidade legal, não só porque o poder da religião nos indivíduos está na razão da fé em suas crenças, como porque, para certos efeitos hereditários, são indispensáveis as formalidades da lei civil.

Entretanto, o caso está apenas em que os emolumentos crescem muito para os que casados pela religião desejam garantir o fato perante o civil e vice-versa. Obviado esse inconveniente, que para as pessoas pobres não é pequeno, a diferença está apenas em uma formalidade a mais, sem prejuízo das crenças de ninguém, nem perturbação da ordem social.

Este assunto tem preocupado muito a nossa sociedade, que foi e será sempre cristã, e que, por isso, carece de ser perfeitamente esclarecida das inovações advindas com a transformação radical por que tudo vai passando, mas que não tentará de modo algum abalar as crenças de um povo que são tão sagradas como o asilo da consciência humana.



CLUBE DAS SENHORAS

Em meio do indiferentismo que vai em nossa sociedade, quanto ao tardio evoluir da mulher brasileira, não podemos deixar de lamentar a falta absoluta de iniciativa para os nobres cometimentos, que a elevam à altura do seu destino.

Em geral, não há emulação para as pugnas da inteligência, para as belas conquistas da civilização, para o triunfo completo da nossa eterna menoridade moral.

Na América do Norte, as coisas não se passam assim: a mulher dos Estados Unidos é forte, é inteligente, age, emancipa-se e consegue triunfar contra todos os preconceitos.

Diz uma folha que temos à vista:

“Acaba de fundar-se em New York o clube das mulheres de imprensa”.

Boston, Baltimore e Chicago possuem instituições idênticas, cujo fim principal é animar e socorrer suas sócias na carreira jornalística, além de proporcionar-lhes toda sorte de distrações e divertimentos compatíveis com o seu sexo.

“Entre as instaladoras do clube de New York figuram jornalistas, repórter e taquígrafas das principais folhas daquele Estado”.

Aqui, tais instituições não poderiam fundar-se, porque não há senhoras que se dediquem a carreira jornalística. Há algumas poucas escritoras de muito mérito; essas, porém, não fazem da imprensa carreira, fogem dela, porque lhes seria até prejudicial.

É tristemente desanimadora a contingência das brasileiras que meditam sobre a condição da mulher neste país, onde, ainda, não é

possível nem mesmo utilizar a sua inteligência.

Que diriam por aí de algumas escritoras que se reunissem para formar um clube, que não se destinasse a dar bailes, a suar as sedas farfalhantes e a rasgar as botinas incomodativas que martirizam dia e noite as nossas patrícias?

Fundar clubes com fins utilitários, para recreação e aproveitamento de espíritos emancipados! Seria uma loucura só pensar nisso.

A grande república americana é um grande país, o seu povo é o mais progressista do mundo; as suas mulheres são as mais fortes na atualidade. O Brasil não; aqui, quando uma brasileira, ainda mesmo de inteligência cultivada, exige do juiz competente o título de eleitora, que diz-lhe impreterivelmente que a mulher só tem os privilégios dos loucos!



CONFLITO ENTRE PORTUGAL E INGLATERRA

Suscitou-se ultimamente grave conflito entre Portugal e Inglaterra, do qual tem resultado aos dois países uma atitude hostil, capazes de levá-los a solução fratricida de uma guerra terrível.

Portugal, velho conquistador, apossado há séculos de todo o território colonizado na África, possuía às margens do Zambeze grande extensão do território, que civilizava e geria com a sua reconhecida competência e autoridade.

A Inglaterra, que, de há muito se acostumara a aumentar a sua exiguidade a custa das grandezas conquistadas pelos portugueses, tentou despojá-los deste território. Armou ciladas; criou empresas e esquadras, enviou para lá colonos e soldados; traçou limites, fez tratados, inventou protetorados; e ao fim de toda a sua manhã política, ei-la tentando desalojar os legítimos possuidores para tomar conta da terra ocupada, ameaçando de guerra os seus adversários.

A intimação do gabinete de S. James para evacuar os territórios cobiçados ou sujeitar-se à usurpação, respondeu-lhe Portugal com a exaltação de seus filhos, clamantes, desvelados, e cheios de ardor patriótico, batendo o pé ao ousado e desabusado bretão.

Um governo fraco que cedera a intimação inimiga foi apeado do poder e posto pela rua da amargura.

Corajoso e patriota, manifestou-se o rei. O povo rugiu ameaças. As colônias bateram o pé! E os ingleses a estas horas reconsideram a sua ousadia, bem crentes de que, embora façam cruzar os mares poderosas esquadras, não serão capazes de internar, soldados pela África, porque a encontrarão a intrepidez dos portugueses, e a coragem indomável dos negros.

Tudo isso não esperava a Inglaterra. Acostumada a tomar a si a posse do que conquistaram os outros, não seria capaz de julgar que um país que ela fez pequeno se atrevesse a afrontar o seu grande poder.

Mas enganou-se, porque os portugueses identificados num só pensamento de defender os seus direitos, revelam o desígnio de rechaçar o inimigo em todos os terrenos.

Belo exemplo de patriotismo desse povo, que é na história exemplo de civismo e intrepidez!

Bem haja a providência que vos ensinou o caminho dos mares; na descoberta de continentes; porque os países que descobristes, podem ufanos alçar o pavilhão das quinas, certos de que, onde for sacrificado um de seus direitos, correrá o sangue português em defesa das conquistas da cara pátria!



AS SENHORAS PORTUGUESAS

Aqueles que negam à mulher, em quaisquer casos, a intervenção nos negócios de um país esquecem-se até de que são elas sempre, em todas as peripécias das sociedades, que mais concorrem para os grandes cometimentos de que resultam glórias.

Na Roma antiga, o patriotismo e a devoção das romanas conseguiu romper a barreira do indiferentismo e vir através da teia da história mostrar aos pósteros de quanto foram elas capazes.

Na moderna França, a dedicação das suas mulheres, ainda não há muitos anos, após a terrível luta entre franceses e alemães, viu-se tocar ao extremo, quando para acudir a um tributo de guerra elas chegaram a dar as suas próprias joias.

Sempre a mulher desvelando-se em rasgos de heroísmo pela sorte de seus concidadãos e pela glória de sua pátria.

Agora em Portugal, dá-se o mais edificante exemplo que é possível registrar na história das nações. Ameaçado de uma guerra cruenta, Portugal, o pequeno, mas valoroso país, invadido pelas pretensões inglesas, as senhoras portuguesas concorreram em auxílio que sua pátria, oferecendo até as suas joias para atender às despesas que essa guerra terá de acarretar aos cofres da nação.

O rasgo de patriotismo que acabam de praticar é tão belo, tão edificante, tão sublime, que invoca em auxílio dos privilégios que a sociedade deve à mulher, a gratidão de todos os portugueses. Aqueles que assim sabem concorrer para desafronta dos brios nacionais não serão por ventura dignas de concorrerem com os homens nos

prédios da paz, assim como foram solícitas em despenderem os seus melhores adornos para uma emergência de guerra?

Portugal era já um grande país, porque possuía em seus filhos um povo de conquistadores, um povo de heróis; agora ainda se mostra maior pelo atestado de nobreza que acabam de dar as senhoras portuguesas, que se mostraram a altura de seus filhos. Honra enorme lhes cabe por isso.

Mas não é só por esse rasgo que as senhoras portuguesas são dignas do melhor conceito entre os seus grandes homens; é também pelo nobre ardor com que se consagram aos estudos sérios e transcendentais, fazendo sobressair como verdadeiras celebridades femininas muitas senhoras ilustres, cujos nomes não poderíamos agora citar. Se lá desenvolvidas fossem todas as aptidões das senhoras de espírito superior, como desenvolvidas nos mostram as suas faculdades num caso de guerra, como no teriam crescido os nomes ilustres através de um invólucro feminino, fariam entrada gloriosa nos grandes comícios civis?! Mas ainda é tempo de reparar esse erro, que pode apenas merecer o nome de ingratidão, dando amplitude ao desenvolvimento intelectual das senhoras portuguesas e liberdade de ação em todas as esferas da atividade humana. Será um grande ato de justiça e um sinal de que a irrisão dos homens não abateu o prestígio da celebre sentença de Peletan: “a humanidade caminha”!

Até lá, reverenciemos àquelas que, apesar de todos os esquecimentos e ingratidões dos homens, dedicam-se por eles nas horas difíceis de um povo, consagrando-lhes bens, gozos e sentimentos os mais puros e belos!

QUARTA PARTE



RESPOSTAS



AO SR. PAULINO DE BRITO

A honra que me foi conferida pelo desafio à arena para uma discussão literária, impõe-me o dever de erguer a luva que me foi lançada pelo Sr. Paulino de Brito, apesar de que sou pouco hábil em esgrimir a pena, tornando-se, por isso, a luta por demais desigual.

O prazer que o Sr. Brito diz experimentar por discutir com uma senhora, se não é motivado por uma pontazinha de vaidade, devo julgá-lo inspirado por uma certa soma de egoísmo, pois o nobre articulista tem a certeza de ser o vencedor em uma polêmica, na qual todas as vantagens estão do seu lado.

Ponhamo-nos em guarda.

Diz o Sr. Paulino de Brito em sua primeira carta que me dirigiu:

“Que as minhas ideias sobre a educação, sobre a mulher, sobre a família, ou não estão bem definidas, ou não foram bem compreendidas entre nós”.

Não creio que seja esta a sua convicção: e aí prova o Sr. Brito que procura em vão um ponto vulnerável para lançar o cartel de desafio.

Em todos os meus artigos exarados nas colunas de *A Família*, tenho sempre empregado os maiores esforços para que seja ampliada a educação da mulher; para que ela seja *emancipada da ignorância*, a fim de que possa transmitir aos homens do futuro os verdadeiros princípios da sã moral, do amor pelo progresso; para que possa começar a desenvolver desde a mais tenra idade a inteligência de seus filhos, preparando-os; para si e para a pátria.

Quando, na idade média, Os homens eram apreciados pelas suas bravuras no campo de batalha, as mães, desde que seus filhos começavam a entendê-las, incutiam-lhes nos espíritos infantis o amor pela guerra; já relatando-lhes os feitos gloriosos de seus bravos antepassados, já desenvolvendo-lhes o ódio pelos seus inimigos; e assim conseguiam preparar invencíveis guerreiros, homens destemidos, valentes, temerários!

Era então essa a missão da mulher.

Hoje, porém, que a lança e o pelouro foram substituídos pela pena, que a armadura de aço cedeu o seu lugar ao livro, que as grandes lutas passaram do campo de batalha para o vastíssimo campo das letras, é bem necessário que a mulher seja iniciada em todos os segredos da ciência para também poder preparar os seus guerreiros.

Desde que a mulher seja mantida sob a pressão de uma crassa ignorância, o homem ressentido das faltas que presidiram a sua iniciação na vida.

Creio, que, até esta data, o alvo por mim visado não tem sido outro, além da educação da família.

Não ser essa teoria bastante compreensível?

Diz mais o nobre articulista na sua primeira carta:

“Humilde literato de província, eu não devia talvez alimentar a pretensão de discutir com uma escritora tão distinta. V. Ex. que vem da corte, daquele ninho de águias, daquela poeira de sóis, daquele imenso foco literário do século XIX, talvez ainda conserve de lá alguns laivos desse desdém soberano com que as sumidades literárias fluminenses costumam acolher todo o brasílio esforço intelectual que não tenha tido a fortuna de ser produzido à sombra do Corcovado, ou embalado ao estrondo sonoro das ondas do Guanabara.

“A corte forma hoje no Brasil (à custa de uma boa soma de parvoíces das províncias, que lhe importam e dão consumo às banalidades impressas, é verdade!) uma igrejinha literária fora da qual não há salvação, isto é, não há literatura possível. No conceito dos talentos fluminenses, o papel que cabe a nós, os literatos provincianos, matutos e caipiras, de arco e fecha, é o de esgotar as edições das suas obras primas, e aprender nelas como se escreve na França! Tudo o que da

nossa parte não seja imitar as suas imitações, traduzir as suas traduções ou acomodar as suas acomodações, se lhes afigura um verdadeiro atentado, digno de exemplar castigo. É que a literatura da Rua do Ouvidor tem talvez a pretensão de ser original na maneira de copiar.

Não é positivamente a mim que caberia responder-lhe neste ponto, porque se *A Família* vê a luz da publicidade na capital do império, se está também inoculada por este *pus de imitações* – que não é adotado nas províncias –, há contudo, no seu programa, alguma coisa de original, em que talvez o Sr. Brito não fizesse reparo.

No Rio de Janeiro, não existem só imitadores, S. S. bem o deve saber, – há por aqui também alguns mestres que merecem ser imitados, a menos que não tenham ido beber algumas gotas dessas noções que alardeiam na sua pretenciosa literatura provinciana.

Ah! O Sr. Brito faz muito triste ideia dos nossos literatos!

II

Como disse em antecedente artigo, a que me obrigou a prodigalidade literária do Sr. Paulino de Brito, literato do Pará, *não é positivamente a mim que caberia responder* ao assunto principal das suas cartas, que, como facilmente se demonstra, visam muito principalmente, um desabafo, talvez injusto, à plêiade de escritores fluminenses; o meu silêncio, entretanto, não ficaria bem, uma vez lançado a mim – a mais fraca individualidade entre tantas pujanças – o valente cartel de desafio do tão operoso polemista.

Eu não julguei nunca que o fazer literatura na capital do império fosse um desprestígio, a assimilação por um povo latino das ideias literárias e científicas das gerações de escritores da grande capital da civilização latina, serão da do mundo moderno, fosse uma fraqueza imperdoável, uma anemia cruel; estava em erro, e isso disse-o o Sr. Paulino de Brito na sua primeira carta a mim dirigida.

Diz o Sr. Paulino de Brito que *há um prazer que nunca experimentou*: discutir com uma senhora; e eu responder-lhe-ei, que é uma das maiores delícias neste mundo sublunar, monótono e estúrdio – ler os artigos de S. S. Realmente!

Nesta terra de imitadores, beócios, escrevinhadores da Rua do Ouvidor, confrades de igreja, que não se dão ao trabalho de *crescer os olhos* para o que vai pelas províncias, não há senão a monotonia da imitação, o gosto e o senso comum dos franceses, mastigados em péssimo vernáculo; a originalidade, a graça e o espírito estão lá onde o Sr. Paulino atira desafios as senhoras, que não tenham a ventura de conhecê-lo. Que formidoloso original!

E é por isso que muito se perde em não sair do meio acanhado e tedioso da sobredita Rua do Ouvidor para o amplo e iluminado círculo em que esplendem os provincianos como o Sr. Paulino!

Naquelas suas tremendas cartas, em que há Quixotadas por entre frases de uma delicadeza armada a efeito, traçou-me S. S., de acordo com os críticos da sua escolha, as normas (que desobedeço) da minha resposta e concitou-me a discutir *questões de princípios*. Desde logo devia ter sido esse o ponto capital das suas cartas, se é que o seu fim não é somente *ter o prazer de discutir com uma senhora*, o que em qualquer caso o colocaria nas condições de um fútil, mas atingir ao fim utilitário da educação da mulher e da propaganda de *A Família* nesse empenho.

Sempre me pareceu, neste terreno, útil e proveitosa toda e qualquer discussão, e o ensejo que sinceramente se me oferecesse para entrar nela ser-me-ia gratíssimo.

Postos de parte os devaneios e as expressões de despeito do ilustre escritor paraense, não vejo que de boa fé se me ofereça tal ensejo, pois a natureza mesma das questões propostas estão indicando intuitos de agressão veemente e não de polêmica leal.

Para prová-lo, transcrevemos em seguida as teses propostas:

“1º Que as ideias de V. Exa. sobre educação, sobre a mulher, sobre a família, ou não são bem definidas, ou não foram bem compreendidas entre nós.

“2º Que os meios por V. Exa. empregados na sua propaganda atestam incoerência, e são a contradição mais cabal das suas teorias.

“3º Que as proposições de V. Exa., exaradas no artigo que li no *Diário de Belém*, não são todas exatas.

“4º Que se com efeito as mulheres, conforme V. Exa. diz, são nossas escravas, será necessário concluir que nós, os homens, somos os mais parvos ou os mais complacentes dos senhores; casos em que a escravidão torna-se uma delícia.

“5º Finalmente, que as minhas patrícias são julgadas com muita severidade e injustiça, se não por V. Exa., ao menos por alguns dos seus ilustres apologistas.”

III

Forçosamente o Sr. Paulino de Brito não adicionou mais algumas parcelas a essa totalidade de questões – porque cansou nesse ponto. Basta considerar a última para ver até onde, semelhantemente, podia ter ido o ilustre escritor, se quisesse dar-se ao trabalho maior de escrever mais. Que culpa pode recair-me do julgamento severo e injusto que os escritores do Pará façam ou tenham feito sobre as suas patrícias?

É estúrdio!

Eu não quisera deixar de pé uma só das questões propostas e a que não dei imediata resposta por falta do tempo e afazeres quando no Pará; mas se todas fossem da natureza da última, confesso que bastante me faria pensar.

O Sr. Paulino do Brito diz que as minhas ideias sobre educação, sobre a mulher, sobre a família, ou não foram bem definidas, ou não foram compreendidas por ele.

Eu opto pela segunda hipótese. Em geral os homens são neste assunto de uma incompreensibilidade pasmosa. Em se tratando de dar à mulher alguma preponderância no lar como em todas as funções da vida civil, eles fazem-se de difícil compreensão. É o melindroso do problema.

O homem é sempre um déspota, ou alimenta em sua alma este sentimento, que começa a pronunciar-se no lar e vai, quando é possível, até a vida civil.

Todo o maior prazer do homem é ter sob o seu domínio os outros indivíduos da sua espécie. Aos seus olhos, isso o engrandece,

lisonjeia a sua vaidade proverbial inata. Só urgido por contingências superiores ao seu orgulho, ele cede um pouco dessa vaidade. Mas ah! O que perde a contragosto, fora, ganha no lar, onde se impõe, com uma preponderância tanto mais requintada, quanto maior é o seu desprestígio perante os outros homens.

Ora, muito bem: é contra essa servidão que nos é imposta no lar, que nos insurgimos. Mas isso é contra toda a ideia de preeminência do ser masculino, portanto uma coisa monstruosa, incompreensível.

Eis aqui o caso do Sr. Paulino.

O nosso absurdo não vai certamente tão longe como esse que S. S preconiza.

Na organização da família, o princípio da autoridade reside sempre no homem. Ora, no caso em que dos dois seres, que formam a base da família, a mulher se torna superior ao homem por seu espírito, pelo seu gênio, pelos sólidos princípios de uma educação esmerada, pela inteligência e valor, ainda assim, pela Constituição atual da sociedade, no homem residirá sempre o princípio da autoridade. Mas diga-me, com franqueza, o ilustre polemista: – não será isso um absurdo? Se nas qualidades da mulher reside a superioridade do casal, porque é que a simples seleção do sexo se há de conceder os atributos da autoridade?

Assim como no lar, nas funções cívicas, a mulher deve preponderar pelos atributos do seu valor espiritual. Será isso compreensível?

Eu creio que só não me compreendem os egoístas, os orgulhosos, os inconscientes. O Sr. Paulino de Brito há de concordar comigo, que não vai nisso muito absurdo nem obscuridade, como a princípio lhe pareceu.

IV

Creio que já se vai tornando extensa demais esta resposta, que eu desejara fosse a mais breve possível. Terminá-la-ei, hoje, sem cumprir o meu desejo, qual o de ir dando por ordem cabal resposta a cada uma das questões propostas.

Também já não afeta a questão aquela oportunidade palpitante que poderia ter se a resposta fosse imediata às acusações sofridas.

Em geral, nas questões desta natureza, a distância arrefece o ardor da luta. E se lavro esta resposta, é porque prometi fazê-lo, e o ilustre escritor paraense merece-me toda a consideração de um homem de talento.

Quanto ao assunto, não é senão o princípio cardeal que justifica a existência da *A Família*: – a mulher em sua condição presente; necessidade de dar-lhe maior importância no futuro.

Disse o ilustre escritor que eu não tinha estabelecido claramente qual a missão que eu pretendo para a mulher na sociedade. Não sei se me fiz compreender; mas a questão é – pugnar contra a limitação da sua esfera da ação – acanhada, nulificante, opressa, em que tem vivido, pugnando pelo respeito que lhe é devido nas sociedades, pela dilatação do âmbito em que age.

Se isso não foi compreendido, desde logo, à leitura de qualquer número do meu pequenino órgão, é devido, ou à má vontade ou à falta de atenção com que foi sempre lido por S. S.

Pareceram ao contendor exorbitantes as modernas aspirações da mulher na sociedade; mas o que é fato é que não provou inferioridade para que não pudessem aspirar às melhores condições que aspiram.

Finalmente, eu não julguei nunca os artigos publicados pelo Sr. Paulino de Brito, senão como um grande desabafo contra a plêiade literária que fulge no hemisfério fluminense, e isso – (o que constitui flagrante falta de generosidade) – tornando por motivo *A Família*.

Hoje, estou disso convencidíssima. Mas não importa.

O que posso afirmar ao Sr. Paulino de Brito, é que, apesar de tudo, a propaganda em favor dos direitos da mulher vai ganhando vitórias, e que em breve o mesmo amplexo de igualdade que se está vendo em toda a América chegará até nós.

A emancipação da mulher há de ser uma conquista da civilização americana.



AO DR. SILVA NUNES

Pouco afeita às críticas em matéria da arte e arte de tanta magnitude, como é a teatral, não me aventuraria a um artigo mais longo que a simples notícia impressionista de uma primeira representação a que se me oferece assistir; em relação, porém, A Doutora, comédia original do Sr. Dr. Silva Nunes, e representada pela companhia da Sra. D. Emilia Adelaide, sou obrigada a sair fora daqueles moldes.

1º Porque a comédia me parece imperfeita, como trabalho de arte.

2º Porque é monstruosa como discussão de urna tese.

O mau-costume de atirar ao ridículo *a mulher* nas suas aspirações sociais, no aproveitamento das suas aptidões em concorrência com o homem tem sido mais ou menos explorado, mas de um modo menos desastrado por que o foi nesta comédia.

França Junior, que, primeiro abordou ao assunto, fê-lo com um cavalheirismo e distinção que o honram. O Dr. Silva Nunes, porém, foi além de toda a conveniência, chegando ao ponto de desvirtuar os brios e virtudes de toda a mulher instruída.

Compreende-se que a imperícia de um moço pouco adestrado o induza em erros graves, o compila a produtos informes, estropeados; mas que o leve à ofensa a uma das duas partes da humanidade é que não. Onde há ofensa por intenção não existem causas confessáveis. Em tais casos peca-se por perversão moral, o que é um sintoma terrível que depõe contra o agente do erro. Por isso a comédia *A Doutora* não tem preponderância, na enorme discussão há muito travada a respeito do grave problema social da emancipação da mulher.

II

Tratando da última comédia representada em má hora pela companhia da Sra. Emilia Adelaide e de que é autor o Dr. Silva Nunes, fui de opinião, que como peça literária era de valor negativo, e como estudo sociológico de negativo alcance.

A minha opinião teria sido melhor expressa, se eu tivesse afirmado, como agora afirmo, que o Dr. Silva Nunes foi de uma indelicadeza cruel para com as pessoas do meu sexo. Pretendeu, em sua tese, chegar à conclusão absurda, de que – a profissão médica é incompatível com a honra de uma moça; e teve desejos demonstrados de que instrução e virtude são atributos que se repelem nas damas.

Ora, isto é simplesmente uma ofensa grave às médicas que temos, as contemporâneas ilustradas, além de um grande, de um inqualificável disparate. Nem a profissão médica é incompatível com a honra nem a instrução com a virtude; porque esta não é apanágio da ignorância, como aquela não é da abstenção de profissões científicas.

Em geral, nas discussões de teses morais, traem os escritores qualidades, que são como que a base do falseamento das conclusões a que chegam.

Na comédia – *A Doutora* – nota-se isso. Ou eu me engano, ou os maiores defeitos daquela comédia derivam de um certo grau de perversão de ideias.

Não é lógico, não é natural, não é concludente aquele trâmite por que passa *A Doutora* conduzida até um lupanar, onde uma donzela instruída, consciente e briosa, não penetraria, senão em caso muito restrito, apoiada à responsabilidade de um pai, de um irmão, e nunca só – para salvar uma criatura que morre.

Na fantasia dos escritores, ainda os mais sensatos, geram-se às vezes abortos, a que eles julgam dever dar forma literária, sacrificando a justiça, o critério e a razão à vaidade de momento ou a estímulos mal-entendidos, e parece-me ser esse um dos casos da – *Doutora*.

Pode ser que o autor tenha tido em vista somente fazer comédia; mas o que é certo é que toda a gente séria há de lastimar aquilo que

vimos na cena do S. Pedro e que constitui o pior atestado da capacidade do comediógrafo.

III

Muito de relance vou hoje dar ligeira resposta à carta que nesta redação deixou o Sr. Dr. Silva Nunes.

Não o acusei como autor da comédia *A Doutora* simplesmente pelo prazer de dizer mal do seu trabalho; tentei expressar a minha opinião sincera, desprevenida, leal.

O Sr. Dr. Silva Nunes julgou-me injusta em meu juízo sobre essa comédia, emprazando-me para depois de assistir, outra vez, à representação da mesma peça dar nova opinião, mais circunstanciada, mostrando os seus defeitos *como obra d'arte, e como discussão de uma tese, o que aceito desde já.*

Nada será mais fácil que provar que a comédia merece o juízo que exarei a seu respeito. Na própria carta defesa do autor está o atestado flagrante dos seus absurdos. Defendendo-se, diz o Sr. Dr. que está de perfeito acordo em que não seria natural que *A Doutora*, conhecendo a casa para onde era chamada, lá se apresentasse; mas que no caso vertente, *A Doutora* obedecia a chamado por um bilhete não assinado.

Maior erro ainda. Em tal caso nem um médico, um homem, muitas vezes, obedece. Não se vai assim a um lugar desconhecido. Quando se recebe um bilhete sem assinatura, pergunta-se logo de onde vem, de quem é. E uma donzela, principalmente, não deixaria de fazer tais indagações.

Não há dúvida que a comédia é absurda até nos mínimos detalhes.

Mas como o autor me julgou injusta, esperarei o ensejo combinado de voltar a este assunto.



AS NOVIDADES

Que nome significativo?

Tão feliz como o colega não fui eu em escolher o título para o meu jornal *A Família*; na opinião desse colega, parece não poder ser senão o órgão das mulheres ignorantes até em matéria de cozinha e de costura; no entanto, eu a tenho elevado até servir de órgão àquelas que se dedicam a funções mais altas na sociedade!

Ao que parece, a mulher brasileira, na opinião do colega, só deve ser a quituteira, a costureira, a varredora da casa, e, o que é mais, a mestra do homem; pois o colega quer que lhe ensinemos a fazer quitutes e a manejar o dedal também.

Ora, para tal fim não é que eu criaria um jornal destinado a guiar as senhoras na adoção de ideais mais nobres do que aquele que o colega julga unicamente digno da mulher.

A Família, como representação ideal da família moderna, é o que o colega, apesar de jornalista ilustrado, não compreendeu ainda; e isto é triste para quem milita na imprensa e precisa da solidariedade de colegas inteligentes e instruídos.

Os ideais das civilizações carcomidas do velho Oriente não são dignos de virem à luz no último período do século das luzes.

Portanto, evocar tais ideias é, se não pesado gracejo, prejuízo de educação ou falta de critério.

Há, nas sociedades, indivíduos de todos os sexos, que se empregam em misteres diversos: – quituteiros ou quituteiras, alfaiates ou

costureiras. Também há jornalistas de ambos os sexos. O que é necessário é que não haja erro de vocação ou invasão de atribuições.

Fico por aqui.

- FIM -

ANEXO – FONTES CONSULTADAS

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1899. Volume 5. Acesso em 02 nov. 2018. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **“Senhoras do seu destino”**: Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Josefina Álvares de Azevedo – projetos de emancipação feminina na imprensa brasileira (1873-1894). São Paulo, 2013. (Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP).

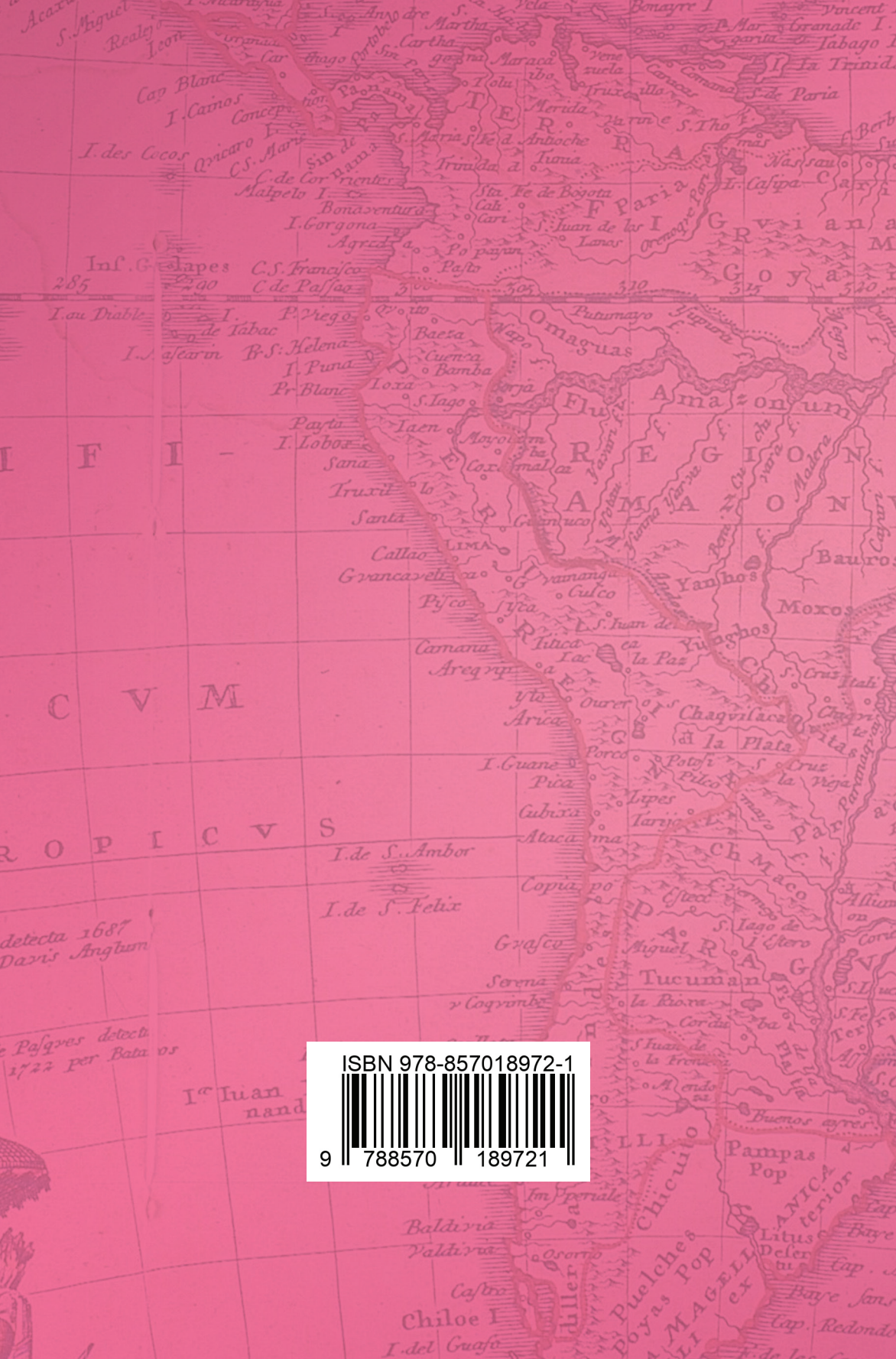
SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. **Josefina Álvares de Azevedo: teatro e propaganda sufragista no Brasil do século XIX**. Revista Acervo Histórico, São Paulo, n. 2, p. 65-82, 2. Sem. 2004. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/525_arquivo.pdf. Acesso em 02 nov. 2018.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. Josefina Álvares de Azevedo. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 484-499.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. A intuição feminista do Agit-prop no teatro brasileiro em fins do Século XIX. **Estudos feministas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 275-289, jul./dez. 1997.

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF





285

Inf. G. Japes 240

C.S. Francisco C de Passao

I. au Diable

I. de Tabac

I. de Searin

P. Helena

I. Puna

Pr. Blanc

Payta

I. Lobo

Sana

Truxil

Santa

Callao

Grancavelica

Pisco

Yca

Camana

Arequipa

Yla

Arica

I. Guane

Pica

Cubixa

Atacama

Copia

Grasco

Serena

Cogrombo

I. Juan

nand

detecta 1687 Davi's Anglum

e Pasqres detecta 1722 per Bata os

ISBN 978-857018972-1



9 788570 189721